

RADIS



COMUNICAÇÃO
PÚBLICA



Sob ameaça, mídias públicas
fortalecem a cidadania e a expressão
da diversidade brasileira

PEC 241

Projeto passa na Câmara, à revelia
de protestos da sociedade

Microcefalia

Família conta dia a dia e combate
desinformação em blog

Pro mundo ficar Odara

Instituto na Bahia se dedica à saúde e ao empoderamento da mulher negra

Ludmila Silva*

Racismo, sexismo e lesbofobia, formas de preconceito que fizeram um grupo de militantes negras dar origem ao Odara — Instituto da Mulher Negra. Com quatro anos de existência, a organização negra feminista localizada na Bahia tem trabalho de conscientização e de busca pelo bem-estar e saúde tanto moral quanto física da população negra. O instituto foi pensado para reforçar a agenda de enfrentamento à discriminação racial, de gênero e de orientação sexual e monitorar políticas públicas para esse grupo. “Chegou um momento em que nós, militantes negras do Odara, falamos: vamos montar uma organização que garanta os direitos das mulheres negras e da população negra como um todo”, conta Emanuelle Goes, enfermeira de formação e uma das fundadoras do Odara.

Emanuelle coordena o Programa de Saúde da Mulher Negra, um dos ramos de atuação do instituto, juntamente com o Programa de Comunicação e o Programa de Direitos Humanos. O Odara integra a sala de situação que avalia as questões das arboviroses com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), o Sesi e o grupo de mulheres de Salvador e Recife. Também implementa projetos para discutir o enfrentamento à zika a partir da perspectiva das formas de opressão. “O papel do Odara nesse projeto é trazer informações, discussões e oficinas para as mulheres nas comunidades sobre racismo, sexismo, igualdade de gêneros e direitos reprodutivos”, informa Emanuelle.

O Programa de Direitos Humanos é voltado, por um lado, para a juventude

negra e, por outro, para enfrentar a violência contra a mulher negra. O Programa de Comunicação tem projeto de jovens lalodês, que vem discutindo a criação de uma agência de meninas comunicadoras. A página no Facebook tem quase 5 mil curtidas. Emanuelle diz que o número de seguidores é decorrente dos contatos de cada fundadora. Segundo ela, o Face e o site do instituto (institutoodara.org.br) são a principal forma de transmitir ideias, mostrar assuntos que merecem atenção e também de empoderar.

A informação, para Emanuelle, é a principal forma de empoderamento. O site tem textos sobre o feminismo negro, o movimento negro e sobre marchas das mulheres negras. “A comunicação para o Odara é de fato estruturante, ela vem tomando uma grande força”, avalia. O instituto criou o “Julho das Pretas”, estratégia política para divulgar a agenda negra e feminista. “Nós, militantes negras, nos indagamos: se já tinha o Março da Mulher, por que não criar o Julho das Pretas?”, lembra, explicando que o dia 25 de julho já era o dia das mulheres negras.

Durante o mês de julho, o instituto organiza palestras e atividades diversificadas a cada ano pautadas por um tema diferente. O princípio é agregar ideias, opiniões e conhecimento, deixando de lado qualquer tipo de opressão. Emanuelle afirma que a intolerância é a principal adversidade enfrentada pelo Odara. “A intolerância, seja ela de qual tipo for, mas em especial a religiosa, não deixa a pessoa abrir a mente e ver outras perspectivas”.

*Estágio Supervisionado

A diversidade é pública

É na comunicação pública que a diversidade de vozes e matizes de interlocutores tem maiores chances de acontecer, porque ela se constitui como um espaço de compartilhamento e negociação dos mais diferentes interesses e sentidos, privilegiando o direito humano de comunicar para além do simples acesso à informação, num processo necessariamente dialógico e participativo. Esta concepção de comunicação — tema de nossa matéria de capa com pesquisadores, especialistas e ativistas — pressupõe a autonomia dos cidadãos e das coletividades numa esfera em que estão presentes tanto o Estado quanto a sociedade.

No âmbito do Estado, a comunicação pública só é possível com independência editorial em relação aos governos, quando ela não está a serviço de interesses partidários. Só funciona quando os governos estão comprometidos com a autonomia e a pluralidade no processo de comunicação. No Brasil, a tradição autoritária e patrimonialista do Estado nunca permitiu que houvesse comunicação estatal de interesse público. Sempre resultou, mais cedo ou mais tarde, em comunicação governamental, como demonstra o atual golpe à jovem experiência da Empresa Brasil de Comunicação.

No âmbito da sociedade, a comunicação também não será pública enquanto for orientada pelo mercado e o capital, essência da mídia comercial. A mídia brasileira é um lamentável arremedo de espaço comunicativo, um oligopólio de meia dúzia de famílias dedicado à desinformação e à manipulação. Uma imprensa ultrapartidária que se diz “neutra”, rádios e TVs que se apropriam de concessões públicas sem qualquer regulação séria por parte do

Estado ou, principalmente, da sociedade. Esta mídia existe para realizar negócios como a produção da cultura do consumo, a especulação financeira, a apropriação privada dos recursos públicos, a reprodução do modo de produção capitalista e da dominação da classe hegemônica há 500 anos no país.

Em reportagem dentro do Congresso Nacional, mostramos a revolta contra a Proposta de Emenda Constitucional 241, que coloca em risco os serviços públicos essenciais. Ainda nesta edição, a Abia e outras entidades que defendem pessoas que vivem com HIV e aids já reclamam do adiamento da adoção pelo SUS de estratégias de profilaxia de pré-exposição ao vírus. Pais de criança com microcefalia resultante de zika criam blog para relatar negligências e combater desinformação. Especialistas falam da importância do sol para a saúde humana e alertam para os riscos da exposição inadequada. Pesquisadora e mãe escreve tese e lança blog sobre como a medicalização do parto é produtora de violência contra a mulher e a criança. Estudantes de todo o país protestam contra a degradação da educação pública e professor renomado escreve, na seção Pós-Tudo, sobre retrocesso e erros da reforma do ensino médio decretada pelo governo.

Na nossa página no Facebook (RadisComunicacaoeSaude), acompanhe o #DiárioDoDesmonte, para informação sobre novos ataques ao SUS, à Constituição e à democracia, e o #DiárioDaResistência, para saber quem está lutando por “nenhum direito a menos” e pelos interesses da população.

Rogério Lannes Rocha

Editor-chefe e coordenador do programa Radis

Expressões e Experiências

- Pro mundo ficar Odara 2

Editorial

- A diversidade é pública 3

Cartum

- 3

Voz do leitor

- 4

Súmula

- 5

Toques da Redação

- 9

PEC 241

- Testemunhas do desmonte 10



Capa | Comunicação pública

- Voz no plural 14
- Mídias públicas: por que temos esse vazio? 20
- Entrevista - Laurindo Leal Filho: "Participação é a garantia da comunicação pública" 21

Acessibilidade

- Pra cego ver, pra surdo ouvir 22

Promoção da saúde

- Sob o sol 26

Zika

- A vida com microcefalia 29

Entrevista

- Ligia Moreiras Sena: "Medicalização do parto é produtora de violência" 32

Serviço

- 34

Pós-Tudo

- Reforma legaliza apartheid educacional 35

Capa: Felipe Plauska

RADIS . Jornalismo premiado pela Opas e pela Asfoc-SN





Cuidados Paliativos

Venho parabenizar a *Radis* pela linda edição de setembro de 2016, que tem como tema os cuidados paliativos. Esse assunto sempre me despertou interesse, que se intensificou após o diagnóstico de câncer do meu pai. Em outubro de 2015, o câncer evoluiu para uma metástase. Lembro que, dentre os sintomas, a dor era o que mais o abalava. Por isso meses atrás sugeri a vocês como pauta o uso de terapias não farmacológicas para o alívio da dor oncológica. Vendendo a edição 168, fiquei emocionado com os relatos de profissionais e pacientes. Agora tenho a certeza de que essa é a área em que pretendo me especializar quando formado. Abração!

• Renan Galdino do Monte, Itapipoca, CE

Parabéns, Liseane Morosini, pela belíssima matéria! Você conseguiu relatar nossas vivências numa fotografia fidedigna do cuidado paliativo realizado no Brasil. Temos observado nesses últimos anos um crescimento em número e qualidade da oferta de cuidados paliativos, mas que diante do envelhecimento progressivo da população e consequente aumento das

doenças crônico-degenerativas ainda está muito aquém de atender às reais necessidades da nossa população. Matérias como essa ajudam a disseminar conhecimento e mostrar ao cidadão comum seus direitos a uma boa assistência inclusive na morte, pois ela faz parte da vida. E a sensibilizar gestores para a necessidade de incentivo e treinamento de equipes para a criação de mais e mais serviços de cuidados paliativos.

• Dalva Yukie Matsumoto, coordenadora da Hospedaria de Cuidados Paliativos do Hospital do Servidor Público Municipal de São Paulo, SP

Parabéns pela belíssima matéria. A repórter conseguiu de forma abrangente e fiel traduzir nosso trabalho. Conseguimos enxergar o cuidado paliativo sendo realizado da melhor forma possível através desses relatos e histórias compartilhados.

• Instituto Paliar, São Paulo, SP

Estamos todos juntos para potencializar cada vez mais a divulgação sobre cuidados paliativos. Parabéns pelo excelente trabalho.

• Página Carpe Diem, sobre a morte e o morrer

Linda a reportagem sobre cuidados paliativos, gente! Desde que vi a capa, fiquei ansiosa para ler, pois sou uma entusiasta de pesquisas relacionada ao envelhecimento e seus desdobramentos mais humanizados. Os cuidados paliativos, o lidar com o sofrimento, com a morte, permeiam profundamente esse aspecto. Não deixamos de observar, por sua vez, o pioneirismo e destaque do Sul do Brasil nesse processo, do qual nós do Nordeste nos sentimos distantes. Coincidência ou não, me deparei, na página 9 da mesma edição, com uma nota sobre a longevidade em Veranópolis, cidade localizada nas serras gaúchas. É uma alegria para o país, claro, contar com longevidade comparável com a europeia. No entanto,

é difícil também atestar a persistência das desigualdades regionais no nosso país em termos de cuidados e valorização da pessoa idosa, bem como do doente crônico.

• Diviane Alves da Silva, Natal, RN

Parabéns pela matéria sobre cuidados paliativos. Gostei muito! Um abraço e reitero o meu reconhecimento pela sensibilidade da repórter.

• Claudia Burla, Rio de Janeiro, RJ

Caros, a *Radis* fica muito satisfeita com a repercussão da reportagem e com possíveis incentivos a experiências de cuidados paliativos no país. Diviane, há serviços do gênero espalhados por todo o Brasil, inclusive citados na matéria — caso do Instituto de Medicina Integral Prof. Fernando Figueira, em Pernambuco, e do Hospital Regional do Cariri, no Ceará. Abraços a todos.

PEC 241

Agora vai começar. Pobre não estuda mais. Faculdade, então, nem se fala. Fies, ProUni... Acabou. Está aí o resultado dos protestos que fizeram para retirar a presidente eleita. Temer já está tirando os nossos direitos, em vez de cortar as regalias de corruptos que têm salários elevadíssimos e regalias que não acabam mais, mas acham pouco e surrupiam dos cofres públicos os recursos da saúde, da educação e da segurança.

• Leda Rosa, Cuiabazinho, MT

PEC da morte, reforma do ensino médio, dificuldades e ameaças na manutenção de grandes projetos sociais como o Fies, o ProUni... O retrocesso vai se instalando de vez. E, o pior de tudo, com os mais prejudicados aplaudindo. Paciência!

• Ian Pereira, Salvador, BA

NORMAS PARA CORRESPONDÊNCIA
A *Radis* solicita que a correspondência dos leitores para publicação (carta, e-mail ou fax) contenha nome, endereço e telefone. Por questão de espaço, o texto pode ser resumido.

EXPEDIENTE

RADIS® é uma publicação impressa e online da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo Programa Radis de Comunicação e Saúde, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp).

Presidente da Fiocruz **Paulo Gadelha**
Diretor da Ensp **Hermano Castro**

Editor-chefe e coordenador do Radis **Rogério Lannes Rocha**
Subcoordenadora **Justa Helena Franco**

Edição **Adriano De Lavor**
Reportagem **Bruno Dominguez** (subedição),
Elisa Batalha, **Liseane Morosini**, **Luiz Felipe Stevanim** e **Ana Cláudia Peres**
Arte **Carolina Niemeyer** e **Felipe Plauska**

Documentação **Jorge Ricardo Pereira**, **Sandra Benigno** e **Eduardo de Oliveira** (Fotografia)

Administração **Fábio Lucas** e **Natalia Calzavara**
Apoio TI Ensp **Fabio Souto** (mala direta)

Estágio Supervisionado **Ludmila Moura da Silva** (Jornalismo) e **Juliana da Silva Machado** (Administração)

Assinatura grátis (sujeita a ampliação de cadastro) Periodicidade **mensal** | Tiragem **96.500** exemplares | Impressão **Rotaplan**
Fale conosco (para assinatura, sugestões e críticas) • Tel. (21) 3882-9118
E-mail radis@ensp.fiocruz.br
Av. Brasil, 4.036, sala 510 — Manguinhos, Rio de Janeiro / RJ • CEP 21040-361

Ouvidoria Fiocruz • Telefax (21) 3885-1762
www.fiocruz.br/ouvidoria



www.ensp.fiocruz.br/radis



[/RadisComunicacaoeSaude](https://www.facebook.com/RadisComunicacaoeSaude)

USO DA INFORMAÇÃO • O conteúdo da revista *Radis* pode ser livremente reproduzido, acompanhado dos créditos, em consonância com a política de acesso livre à informação da Ensp/Fiocruz. Solicitamos aos veículos que reproduzirem ou citarem nossas publicações que enviem exemplar, referências ou URL.



CARANDIRU

24 ANOS DEPOIS, UM NOVO MASSACRE

“Foi um inferno na Terra, estou vivo por um milagre”, disse o ex-presidiário e um dos sobreviventes do massacre do Carandiru Jacy Lima de Oliveira, em entrevista ao portal de notícias G1 quatro anos atrás, quando se completavam 20 anos do episódio que deixou 111 mortos e uma enorme mácula na história do sistema penal brasileiro. “Eu sobrevivi, eu vi a história, eu pisei em sangue que dava quase na canela, e isso não é exagero, não! Ouvi gritos que até hoje ecoam na minha mente”, tentou resumir ao repórter naquela ocasião o ex-detento que se transformou em pastor evangélico.

Contra o testemunho dos sobreviventes e o veredito de cinco júris anteriores, a 4ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça paulista decidiu (28/9) anular os julgamentos em primeira instância que haviam condenado 74 policiais militares pelas mortes dos detentos, em 2 de outubro de 1992. O relator do processo, desembargador Ivan Sartori, votou pela anulação e absolvição dos réus, acatando a tese dos advogados dos PMs, que alegavam que eles agiram em “legítima defesa”, apesar da contestação da Promotoria de que a maioria dos homens foram fuzilados. Segundo o processo, 22 policiais ficaram feridos, nenhum deles

com gravidade (e nenhum deles com armas de fogo), como informou o site do El País Brasil (29/9).

Enquanto entidades defensoras de direitos humanos e da democracia criticavam a decisão, a Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar do Estado de São Paulo comemorava o resultado. À *Folha de S.Paulo* (29/9), o presidente da entidade, cabo Wilson Moraes, chegou a afirmar que era “um absurdo esses 74 pagarem por algo que não foi crime. Eles estavam no estrito cumprimento do dever legal, atuando pelo Estado”. Para a advogada e socióloga Sandra Carvalho, coordenadora da Justiça Global, organização não-governamental de promoção de direitos humanos, o Brasil certamente não é o país da impunidade, mas sim da seletividade penal. “O vergonhoso papel do Judiciário serve para mostrar como, no lugar de avanços, há regressões na política institucional, altamente encarceradora e punitivista quando se trata de responsabilizar negros e pobres, mas que quase nunca responsabiliza agentes do Estado pelas violações que comete”, disse em entrevista publicada no site da Justiça Global (29/9).

Sandra esteve dentro do Carandiru horas depois da chacina. “Era evidente que muitos haviam sido mortos dentro de suas próprias celas, sem ter para onde correr ou se defender”, acrescentou. O site da Justiça

Global republicou (30/9) o relatório feito por Sandra e Evanize Sydow, jornalista e pesquisadora, para a Comissão Organizadora de Acompanhamento para os Julgamentos do Caso do Carandiru, em 2001. No documento (<https://goo.gl/CrPNVI>), é possível ler todos os detalhes do episódio desde a fatídica manhã em que, durante um jogo de futebol, um desentendimento entre dois detentos — causado pela disputa de espaço no varal do segundo pavimento do pavilhão — acabou culminando horas mais tarde na violenta ação da PM.

A polêmica decisão que anulou o julgamento dos policiais levou entidades e personalidades que atuam no âmbito dos direitos humanos a ingressar com uma reclamação disciplinar contra o desembargador Ivan Sartori em que pedem também o seu afastamento. Segundo o jornal *O Globo* (18/10), o documento cita “abusos, falta de isonomia e impessoalidade” na atuação de Sartori e solicita ainda uma investigação sobre a postura do desembargador que, em sua página no Facebook (4/10), acusou a imprensa de ter feito cobertura tendenciosa sobre o caso, insinuando ainda que parte dela, além das organizações de direitos humanos, recebia dinheiro do crime organizado. As entidades esperam que a decisão seja reavaliada e que os julgamentos não sejam anulados.

111

DETENTOS MORTOS

85

FORAM MORTOS
DENTRO DE SUAS CELAS

0

POLICIAIS MORTOS

Morre primeira vítima da Lei Antiterrorismo

A morte do mato-grossense Valdir Pereira da Rocha (15/10) pode ser considerada a primeira em decorrência da lei antiterrorismo, aprovada este ano pelo Congresso Nacional, que tipifica crimes dessa natureza e prevê pena de reclusão de 12 a 30 anos para os culpados em regime fechado. O rapaz de 36 anos havia sido preso durante a segunda fase da chamada Operação Hashtag da Polícia Federal, desencadeada em julho, que se destinava a investigar uma suposta célula do Estado Islâmico no país às vésperas dos Jogos Olímpicos do Rio. Ele morreu após ser espancado com barras de ferro por outros detentos da Cadeia Pública de Várzea Grande, região metropolitana de Cuiabá, segundo informação da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh).

Anunciada com alarde pelos meios de comunicação, a Operação Hashtag resultou na prisão de pelo menos 12 pessoas em oito estados. Segundo o jornal *O Globo* (21/7), os acusados usavam falsos nomes árabes, tinham entre 20 e 40 anos e alguns possuíam antecedentes criminais. O Jornal Hoje (2/9) da Rede Globo chegou a exibir trechos de mensagens de texto apreendidos pela PF nos celulares dos investigados, “obtidos com exclusividade” pelo noticiário. Para o advogado Patrick Mariano, da Rede Nacional de Advogados Populares (Renap), essa operação é “uma tragicomédia”. “Os jovens, ao que parece, sequer se conheciam pessoalmente, inexistindo qualquer motivo

para a prisão a não ser o espetáculo do Ministério da Justiça”, disse, ao comentar o episódio a pedido de *Radis*.

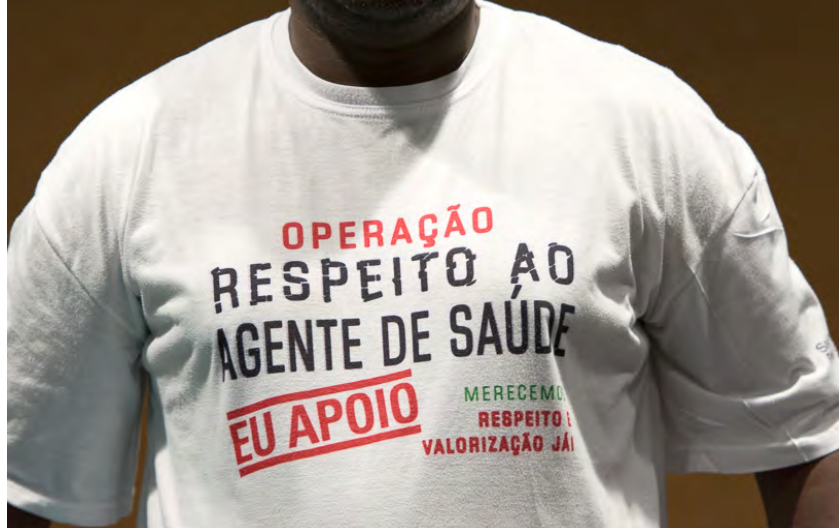
A prisão dos suspeitos só foi possível com base na Lei Antiterrorismo, que passou a prever como crime a realização de atos preparatórios para ataques terroristas no Brasil, como informa notícia no próprio site da Agência Senado (21/7). Patrick considera a lei inconstitucional sob vários aspectos. “Um deles é poder punir os chamados ‘atos preparatórios’, excrescência jurídica que possibilitou a prisão desses meninos”, acrescentou. Em entrevista à *Radis* em novembro de 2015 (edição 158), o advogado já alertava para os perigos da lei que, segundo ele, deixa uma margem de manobra grande para atores jurídicos, delegados e promotores. “A morte de Valdir é mais um exemplo de que a ampliação do Estado policial não tem volta”, lamenta, acrescentando que “fletar com o populismo penal cobra um preço de dor, sofrimento e morte”.

No caso de Valdir, em 16 de setembro, sem que fosse provado seu envolvimento com o terrorismo, a Justiça Federal determinou que o rapaz fosse solto com o uso de tornozeleira, como informa o portal de notícias G1 (15/10). Mas como havia uma ordem de regressão de pena determinada pela Justiça de Mato Grosso, por conta de outro crime pelo qual respondia em liberdade condicional, Valdir foi transferido para a Cadeia Pública de Várzea Grande.

RADIS ADVERTE



A morte da adolescente Lucía Perez, de 16 anos, em 9 de outubro na cidade argentina de Mar del Plata gerou uma onda de manifestações no continente contra o feminicídio — crimes por motivação de gênero. Lucía foi raptada, drogada, violada, penetrada com objetos e torturada no início do mês de outubro. Houve protestos em Argentina, Brasil, Paraguai, Bolívia, Peru, Equador, Venezuela, Colômbia, Guatemala, Costa Rica, Panamá, Nicarágua, México e Honduras. Foto da Plaza de Mayo, por Emergente.



Veto a agentes

Michel Temer vetou o adicional de insalubridade aos agentes comunitários de saúde e de combate a endemias (4/10), aprovados pelo Senado em setembro. Da Lei 13.342/2016, foi mantido apenas o reconhecimento do tempo de serviço anterior à regulamentação da profissão para aposentadoria. Também foram vetados benefícios como o financiamento de cursos técnicos por meio do Fundo Nacional de Saúde e prioridade no Programa Minha Casa Minha Vida. A justificativa foi o “impacto fiscal sobre o Orçamento Geral da União do Fundo Nacional de Saúde”. Em 18 de outubro, os agentes organizaram um dia de paralisação, por derrubada dos vetos, reajuste do piso nacional, despreciação dos contratos temporários, 30 horas semanais e rejeição da PEC 241.

Aids: um passo à frente, um atrás

A incorporação ao SUS da estratégia de profilaxia de pré-exposição (PrEP) ao vírus HIV foi adiada. A Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec), à qual caberia dar parecer inicial favorável à adoção do método, decidiu em outubro aguardar a aprovação do uso do Truvada (combinação de Tenofovir e Entricitabina) para prevenção pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) (*Época*, 7/10). Atualmente, o medicamento está registrado apenas como tratamento. A expectativa do movimento social era de que o Brasil adotasse o PrEP até o fim do ano, o que não deve mais acontecer.

O PrEP consiste no uso diário de antirretrovirais por grupos não-infectados mas mais vulneráveis à exposição ao vírus. Desde 2014, a profilaxia pré-exposição é recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para pessoas em risco considerável de se infectarem com HIV. Sua eficácia para impedir a contaminação pelo vírus HIV foi comprovada por quatro estudos clínicos. EUA, Malásia e Tailândia vendem o Truvada ou genéricos em farmácias.

Por outro lado, o Ministério da Saúde incorporou no Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Manejo da Infecção pelo HIV em Adultos o antirretroviral Dolutegravir como opção

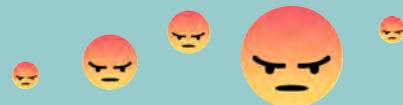
de tratamento inicial, e ampliou o uso do Darunavir no tratamento de segunda linha. Para a Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (Abia), essas “são medidas cruciais que facilitarão a adesão de pessoas recém-diagnosticadas com o vírus e terão impacto significativo na garantia do direito à vida e do bem-estar das pessoas que vivem com o HIV e aids”.

Em julho de 2015, a Conitec havia se manifestado desfavorável à incorporação do Dolutegravir devido ao alto custo. A sociedade civil organizada, então, reuniu dados técnicos que ressaltavam a relevância do medicamento por meio de evidências clínicas que demonstravam a importância para o tratamento do HIV em adultos, tanto como opção de terapia de resgate (terceira linha de tratamento), como opção para terapia inicial, a exemplo do que já ocorre em outros países. No ano passado, a comissão emitiu novo relatório, dessa vez, favorável à incorporação, mas apenas para terapia de resgate.

A Abia e demais organizações da sociedade civil lutam agora pela utilização do TAF, versão menos tóxica do medicamento Tenofovir, e por um preço sustentável para a compra do Truvada, medicamento parte da estratégia de prevenção combinada.

Brasil é um dos piores lugares do mundo para ser menina. O que era uma dúvida se transformou em afirmação após a divulgação em outubro do estudo *Every Last Girl*, realizado pela ONG Internacional *Save The Children*. O Brasil aparece na 102ª posição entre 144 países pesquisados segundo as barreiras que impõem para o desenvolvimento socioeconômico, o bem-estar e a independência econômica das mulheres, atrás de todos da América do Sul e de países em desenvolvimento, como Índia, Costa Rica, Timor Leste, Colômbia e Gana. O estudo levou em consideração problemas como casamento na infância e adolescência, gravidez precoce, mortalidade materna, representatividade feminina no parlamento e acesso à educação básica. Segundo o relatório, o Brasil apresenta elevados números negativos em todos. A Suécia é o melhor país para ser menina; o Níger, o pior. Leia o estudo (em inglês) em <https://goo.gl/9z7EzC>.

MENINAS



MENINOS

O SUS passa a oferecer também para meninos (com idades de 12 e 13 anos) a vacina contra HPV em janeiro. A decisão de incluir os meninos no esquema de vacinação surgiu da necessidade de prevenir desde a infância os cânceres de pênis, garganta e ânus, doenças que estão diretamente relacionadas ao HPV. A faixa etária dos meninos deve ser ampliada, gradativamente, até 2020, quando devem ser incluídos os com 9 anos até 13 anos. A expectativa é imunizar mais de 3,6 milhões de meninos em 2017, além de 99,5 mil crianças e jovens de 9 a 26 anos vivendo com HIV/aids, que também passarão a receber as doses. A vacinação segue o mesmo esquema das meninas: quadrivalente, em duas doses, com a capacidade de proteger contra quatro subtipos do vírus HPV (6, 11, 16 e 18).

Sesai sem autonomia

Sem consultar os povos indígenas, o Ministro da Saúde, Ricardo Barros, pôs fim à autonomia e descentralização da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai). A medida revogou a Portaria nº 475, de 17 de março de 2011, e retirou da secretaria a competência de gestão orçamentária e financeira, o que garantia que o órgão pudesse compartilhar com os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) a decisão sobre o uso dos recursos. A mudança significa que os povos estarão submetidos a decisões centralizadas em Brasília, como explicou notícia no site do Conselho Indigenista Missionário (Cimi, 20/10): as coordenações dos 34 DSEI's, criados a partir da Lei Arouca (1999), não poderão mais ordenar despesas, fazer contratos e licitações. De acordo com o secretário executivo do Cimi, Cleber Buzatto, a centralização causará ainda mais atrasos na execução da atenção à saúde indígena.

Vidas ameaçadas I

Caci em guarani significa dor. É também a sigla de um projeto (Cartografia de Ataques contra Indígenas) que reúne um mapa interativo com os dados dos relatórios anuais da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) sobre o número de assassinatos contra a população indígena. Segundo os dados da plataforma, um em cada dois índios mortos no Brasil vive em Mato Grosso do Sul — sendo que, desses, 89% são Guarani-Kaiowá, informou o site da Revista Forum (14/10). O mapeamento reúne o número dos últimos 30 anos e alerta que 947 índios foram assassinados em todo o território brasileiro. Acesse em goo.gl/0SjChC.

Vidas ameaçadas II

O índio João Natalício dos Santos foi assassinado a facadas um dia depois de participar da abertura do 2º Seminário Pedagógico: A Caminhada dos Guerreiros e das Guerreiras Xukuru-Kariri, que buscava resgatar a memória de outra índia morta, há dez anos, a também Xukuru-Kariri, Maninha. Uma das lideranças do Nordeste, o índio foi morto na porta de casa, na aldeia Fazenda Canto, em Palmeiras dos Índios, em Alagoas, no dia 11/10, noticiou o G1 (12/10). O caso passará a ser investigado pela Polícia Federal.

Premiado capacete para bebês com asfixia



FOTO: DIVULGAÇÃO

Crianças que sofreram asfixia cerebral no parto podem ter a vida salva por um capacete que resfria o cérebro para evitar o avanço de lesões do tecido nervoso. O invento, desenvolvido por pesquisadores do Centro de Desenvolvimento Tecnológico da Fundação Oswaldo Cruz (CDTS/Fiocruz) e do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ICB/UFRJ), recebeu o prêmio *Saving Lives at Birth*, concedido por um conjunto de instituições internacionais, entre elas a Fundação Bill e Melinda Gates, e que busca premiar iniciativas voltadas para a redução da mortalidade materna e fetal principalmente em áreas com assistência precária à saúde.

O equipamento é uma lâmina que se torna um capacete flexível, capaz de resfriar o cérebro de recém-nascidos em situação de risco devido à asfixia perinatal, como informou a Agência Fiocruz de Notícias

(29/9). De acordo com o pesquisador da Fiocruz responsável pela pesquisa, Renato Rozental, o tratamento evita riscos para os bebês pois o resfriamento é localizado apenas na cabeça — até então o recém-nascido tinha o corpo todo submetido a baixas temperaturas, o que pode levar a arritmias cardíacas e disfunções de coagulação sanguínea.

Segundo ele, o invento depende de financiamento para chegar ao mercado. Entre as causas principais da asfixia, estão compressão do cordão umbilical, deslocamento de placenta ou retardo do crescimento intrauterino. Com a falta de oxigênio, o bebê pode morrer ou ter sequelas por toda a vida. Essa ocorrência é mais frequente em regiões sem assistência adequada a gestantes e recém-nascidos, destacou a Agência Brasil (26/9). Ainda de acordo com a notícia, essa é a primeira causa de morte de recém-nascidos no mundo.

Menos emissão de gases do efeito estufa

Representantes de 200 países assinaram em 15 de outubro, na capital de Ruanda, acordo que visa à eliminação progressiva dos hidrofluorcarbonos (HFC), um dos gases do efeito estufa considerados muito nocivos para o clima, utilizados em geladeiras e aparelhos de ar-condicionado. O tratado é uma nova versão do protocolo internacional que conseguiu controlar a ameaça do buraco de ozônio na atmosfera e, segundo o site da Folha S.Paulo (15/10), representa um grande avanço no enfrentamento das mudanças climáticas.

As nações concordaram em cortar

80% das emissões de gases HFCs. O acordo divide os países em três grupos, com diferentes prazos para reduzir o uso desses gases. Os países desenvolvidos se comprometeram a ajudar os mais pobres a adaptarem suas tecnologias, informou o site Huffington Post Brasil (15/10), e a fazer cortes mais drásticos no uso dos gases HFC a partir de 2019, disse a CBN (15/10). Já os países em desenvolvimento, como Brasil, China e todos os da África, terão até 2024 para começar a transição. Índia, Paquistão, Irã, Iraque e países do Golfo Pérsico, como o Kuwait, terão até 2028.



“Tragédia de Mariana já custou R\$ 655 milhões para mineradora Samarco”, dizia o título de reportagem da *Folha de S.Paulo* de 15 de outubro, dias depois que o maior crime socioambiental da história brasileira completou um ano. A Caneta Desmanipuladora, página do Facebook que ironiza a manipulação na mídia ([facebook.com/canetadesmanipuladora](https://www.facebook.com/canetadesmanipuladora)), corrigiu: “Tragédia de Mariana só custou R\$ 655 milhões”. O valor corresponde a uma ínfima parcela dos R\$ 155 bilhões pedidos pelo Ministério Público Federal para ressarcimento pelos danos causados por Samarco e suas controladoras, Vale e BHP. O desastre deixou 19 mortos e um rastro de destruição de 650 quilômetros.

A volta do primeiro-damismo

Se desde a Constituição de 1988 tem se lutado para eliminar os resquícios do modelo de assistência social baseado na “caridade e amor” e fundar um modelo baseado em direitos e deveres, a posse da primeira-dama Marcela Temer como embaixadora do Programa Criança Feliz soa — e é — um retrocesso. Para a doutora em Ciência Política e coordenadora do Programa de Estudos da Esfera Pública da Fundação Getúlio Vargas, Sonia Fleury, o anúncio marca a volta do “primeiro-damismo” como critério de acesso às mais altas posições na condução da política pública. “A seleção de Marcela para

exercício do cargo não se deu por méritos próprios e adequação do perfil profissional ao exercício da função, cuja inexistência de um currículo evidencia. Lembram-se da Roseane Collor na LBA? Até mesmo a competente antropóloga Ruth Cardoso caiu na ilusão de que exercia o cargo de direção no Programa Comunidade Solidária por mérito próprio”. Para Sonia, “nem o ar angelical de fada madrinha da ex-miss Paulínia, nem a promessa de dar muito amor às crianças pobres são capazes de esconder a bruxa que anda solta e encoberta nas reformas das políticas sociais”.

Corte para quem?

Enquanto propõe cortes no orçamento social, o governo aumentou os gastos com publicidade na mídia comercial, segundo dados da Secretaria de Comunicação da Presidência. A Band recebeu mais 1.129% do governo (R\$ 2.496.434) entre maio e agosto em comparação com o mesmo período de 2015 (R\$ 203.068). A Editora Abril teve aumento de 634,3% nas verbas (de R\$ 52.571 para R\$ 380.771). A Globo abocanhou 31% a mais. O crescimento para Folha e Uol foi de 78,1%. E esses gastos não incluem os da Caixa, Banco do Brasil, Petrobras, Furnas, Itaipu, etc.

#DiárioDoDesmonte

O ritmo de notícias tratando da diminuição de direitos é tão acelerado desde a posse de Temer que a *Radis* precisou criar o Diário do Desmonte no Facebook. Só no último mês, engrossam a lista: retirada da Petrobras da exploração do pré-sal, entendimento do STF de que a presunção de inocência não vale após julgamento em segunda instância e de que a PM pode invadir domicílio para busca de provas sem mandado judicial, aprovação pela Comissão de C&T da Câmara de projeto que autoriza a exposição de imagens de crianças a quem se atribua ato infracional aliada à rejeição de outro que restringe propaganda de produtos infantis, sem falar no avanço da PEC 241...

#DiárioDaResistência

O Movimento Ocupa Paraná — contra a Medida Provisória 746, que determina reforma no ensino médio, e a PEC 241, que congela os gastos sociais — mobilizou estudantes de 820 escolas, 12 universidades e 3 núcleos de Educação até 20 de outubro, segundo levantamento próprio. A Secretaria de Educação confirmava 812. O número equivale a cerca de 35% de todas os colégios do estado. O movimento teve início em 3 de outubro e foi ganhando adesão desde então. Na foto, alunos do colégio estadual que leva o nome do ditador Castelo Branco, em Foz do Iguaçu, rebatizam a escola em homenagem à escritora Clarice Lispector.



Testemunhas do DESMONTE

Radis acompanha votação em primeiro turno da PEC 241 na Câmara, que teve cerco para barrar manifestações

Elisa Batalha

No meio da tarde do dia 10 de outubro, as professoras de Curitiba Rosemary Ribas Bertaia e Ismênia Maria Portela, ligadas ao sindicato local, conseguiram entrar no prédio da Câmara dos Deputados depois de muita insistência para acompanhar a votação em primeiro turno da Proposta de Emenda Constitucional 241, a do teto dos gastos públicos. Em todos os acessos, estava armado um forte esquema para impedir a entrada de movimentos sociais. A ordem era que só entrasse quem estivesse acompanhado de algum parlamentar, segundo os seguranças. Rosemary e Ismênia não estavam, mas conquistaram a simpatia de um dos responsáveis pelo bloqueio. “Um guarda nos ajudou”, contou Rosemary, que vestia camiseta com a frase “Crise: essa conta não é nossa”. Dezenas não tiveram a mesma sorte e, barrados, entoaram gritos de “Golpistas não passarão!” do lado de fora do Congresso.

Nos corredores, enquanto aguardavam o início da votação da PEC, as duas expressavam suas preocupações. “Essa proposta representa um retrocesso de 20 anos no setor trabalhista e na educação. Os institutos federais serão os primeiros atingidos pelos cortes, e também vai faltar dinheiro para o financiamento estudantil e para ciência e tecnologia”, sentenciava Rosemary. A despeito da visão dos impactos sociais, panfletos sem assinatura em favor da aprovação da 241 eram distribuídos dentro da Câmara com o lema “Congresso empoderado: priorizou, executou”. “Sujeitar parlamentares a mendigar nos ministérios pela (sic) liberação de

recursos corroe a autoestima, a autonomia e maculou a imagem do Congresso Nacional”, dizia o texto corporativista, em verde e amarelo.

Só por volta das 20 horas, depois da sessão extraordinária iniciada, as professoras conseguiram entrar na galeria do Plenário Ulysses Guimarães para acompanhar a votação da PEC da Morte, como vem sendo chamada pelos movimentos sociais. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), se esforçava para imprimir ritmo acelerado. Na véspera, ele e cerca de 210 congressistas estiveram em banquete oferecido por Michel Temer para cobrar fidelidade da base aliada. A leitura política era de que a aprovação da PEC consolidaria seu governo pós-impeachment da presidenta eleita Dilma Rousseff.

“DESMONTE DO ESTADO”

No plenário, parlamentares da oposição levantavam cartazes nos quais se lia “A PEC 241 congela direitos sociais” e “A PEC 241 desmonta o Estado”. A faixa da base governista dizia “O governo do PT quebrou o Brasil. Estamos consertando”. Na galeria, a reportagem de *Radis* não encontrou manifestantes favoráveis à proposta do governo Temer entre as cerca de três dezenas de pessoas que conseguiram furar todos os bloqueios da Câmara para testemunhar a votação. Indignadas, todas vaiavam os discursos da base governista, empunhando grande faixa com a expressão “PEC da Morte”. “Tudo passa, vocês também vão passar, e não nos esqueceremos desse dia”, gritou para os parlamentares Marta Vanelli, secretária-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Cada um dos que conseguiram acessar a galeria tinha motivos fortes para estar ali naquela noite. O professor de matemática aposentado José Pedro Bueno de Meira, 75 anos, também de Curitiba, disse acreditar que a medida faz o trabalhador e o aposentado de “bode expiatório” da crise fiscal. “O Estado paga R\$ 1,72 bilhão em juros por dia”. A empresária Luciane Costadeli, do Mato Grosso do Sul, vinculada ao movimento Auditoria Cidadã — que pleiteia a revisão das contas da dívida pública (*Radis* 162) — tentava explicar, entre gritos de protestos e discursos dos parlamentares, que os congelamentos previstos na Proposta de Emenda Constitucional prejudicam as pessoas mas não o capital de empresas. “Não vão congelar o capital das estatais não dependentes, o que aprofundaria a financeirização da economia. Ninguém está discutindo isso”, berrou ela para a repórter.

O bacharel em Direito Eduardo Dutra conseguiu um lugar no fundo do plenário durante a votação. Ele candidatou-se a prefeito de São Sebastião do Cai, no Rio Grande do Sul, mas não foi eleito — por isso fez questão de informar que estava na Câmara como cidadão. “Este governo quer fazer economia por decreto. Há outras medidas para conter gastos”, indicava. Para Eduardo, o congelamento dos gastos em saúde pioraria um problema muito concreto das cidades do interior: a falta de leitos de UTI. “As pessoas que precisam de UTI e não conseguem não voltam para votar nas próximas eleições”, vaticinou.

OPORTUNIDADES CONGELADAS

O deputado federal Odorico Monteiro (Pro-CE), médico e pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz, votou contra a PEC. “Essa medida congelaria as oportunidades para as crianças que estão nascendo hoje, ao retirar recursos da saúde e da educação”, afirmou à *Radis*. Ele lembrou ainda que a população do país é uma das que mais vai envelhecer nos próximos 20 anos, e isso vai gerar pressão enorme sobre o setor Saúde. “A diminuição nas transferências de recursos da União para os estados e municípios criaria um caos federativo”, analisou Odorico, ex-secretário de Saúde de Icapuí, Quixadá, Sobral e Fortaleza.

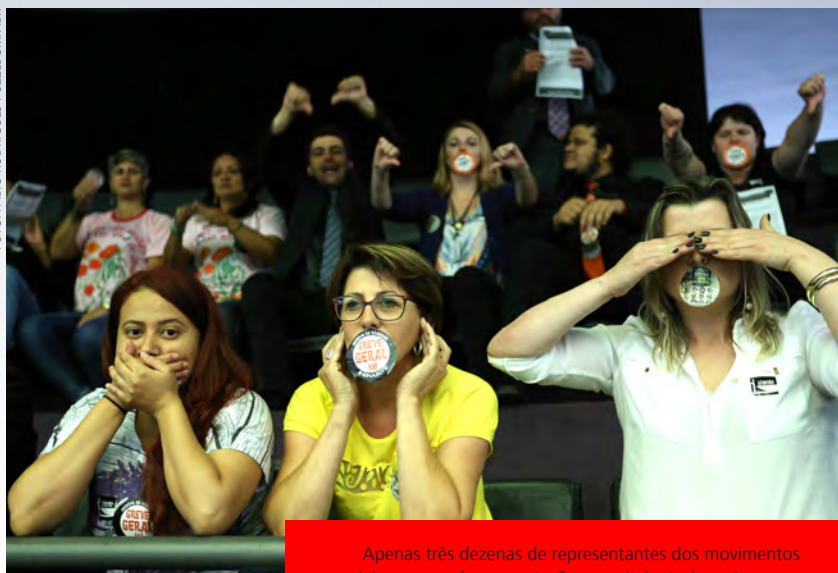
Vários outros dos 111 parlamentares que votaram contra a medida foram enfáticos com discursos de protestos e pedidos de votação de destaques, mesmo após a aprovação em primeiro turno por 366 votos favoráveis. “A economia que o governo quer fazer não pode começar pela educação e pela saúde pública”, afirmou o deputado Alessandro Molon (Rede Sustentabilidade-RJ). Da tribuna do plenário, a deputada Erika Kokay (PT-DF) lamentou o “dia trágico para o país”. Para ela, a base aliada de Temer protagonizou uma série de manobras e atropelos regimentais e conseguiu aprovar de forma açodada e sem debates o texto-base da proposta que, em suas palavras, desmonta o Estado brasileiro. “A morte acaba de adentrar a Constituição brasileira. O que nós vimos aqui no dia de hoje foi um festival de cinismo, dizer que o teto para todas as políticas públicas não congela os investimentos em Saúde e Educação é duvidar da nossa inteligência”.

FOTO: ELISA BATALHA



Professoras de Curitiba, Ismênia Portela e Rosemary Bertaia furaram bloqueio para protestar contra PEC no Plenário da Câmara: “Essa conta não é nossa”

FOTO: FABIO RODRIGUES POZZIBOM/ABR



Apenas três dezenas de representantes dos movimentos sociais acompanharam votação na galeria: todas vaiaram os discursos da base governista

FOTO: MARCOS CORRÊA/PR



Banquete oferecido por Michel Temer no Palácio da Alvorada cobrou fidelidade dos aliados: proposta teve 366 votos favoráveis entre os deputados

ARGUMENTOS TÉCNICOS

No dia seguinte à votação, a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) convocou audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado com o objetivo de debater as consequências para a economia do país e trazer argumentos técnicos, discussão que a tramitação acelerada na Câmara não permitiu. A economista Laura Carvalho, da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo (USP), foi uma das convidadas. Para ela, a PEC 241 não traz mais eficiência nos gastos e há alternativas para resolver a crise fiscal que não reduzir investimentos públicos.

“É importante lembrar que o orçamento público é muito diferente do orçamento doméstico”, ressaltou, contrariando comparação feita dias antes pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, em pronunciamento em cadeia de rádio e TV, que teve tom catastrófico. “Nenhum país aplica uma regra assim, não por 20 anos. Alguns países têm regra para crescimento de despesas. Em geral, são estipuladas para alguns anos e a partir do crescimento do PIB, combinadas a outros indicadores”. A economista fez circular nas redes sociais durante a semana da votação dez perguntas e respostas em que detalha o *economês* desconstruindo os argumentos que sustentam a ideia de que a PEC seria necessária e inevitável.

Na avaliação de Laura, a medida não tem vantagens para a economia do país: não serve para estabilizar a dívida pública, não ajuda a combater a inflação, não garante a retomada do crescimento, não retira dinheiro da mão de políticos corruptos



FOTO: FABIO RODRIGUES POZEBOM/ABR

e não garante maior eficiência na gestão pública. “Uma PEC que levará a uma estagnação ou queda dos investimentos públicos em infraestrutura física e social durante 20 anos em nada contribui para reverter esse quadro, podendo até agravá-lo. Para melhorar a eficiência, é necessário vontade e capacidade. Não se define isso por uma lei que limite os gastos”, analisou.

ALTERNATIVAS POSSÍVEIS

Entre as alternativas apontadas pela economista, há elevação de impostos sobre os que hoje quase não pagam (os mais ricos têm mais de 60% de seus rendimentos isentos de tributação segundo dados da Receita Federal), o fim das desonerações fiscais

SAÚDE



R\$ 743 bilhões

É o cálculo de quanto a saúde perderia com a aprovação da PEC 241 em 20 anos. O estudo levou à demissão da Fabiola Sulpino Vieira, autora do texto junto com Rodrigo Benevides, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), órgão vinculado ao Ministério do Planejamento. Doutora em Saúde Coletiva, especialista em políticas públicas e gestão governamental, Fabiola era coordenadora de Estudos e Pesquisas de Saúde na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. “A PEC 241 impactará negativamente o financiamento e a garantia do direito à saúde no Brasil”, afirmaram os pesquisadores, ressaltando que congelar o gasto no setor por 20 anos parte do pressuposto “equivocado” de que os recursos públicos para a saúde já estão em níveis adequados para a garantia do acesso aos bens e serviços de saúde.

Fabiola pediu exoneração depois que o presidente do instituto, Ernesto Lozardo, indicado ao cargo por Michel Temer, emitiu nota pública contestando os dados e declarando apoio à PEC. A associação de funcionários, Afípea, manifestou apoio ao grupo técnico envolvido no estudo e repudiou o procedimento adotado pela presidência do instituto, falando em “constrangimento” aos pesquisadores e desqualificação de seus trabalhos”.

EDUCAÇÃO



R\$ 58,5 bilhões

Apenas nos 10 primeiros anos de vigência da PEC, a educação perderia R\$ 58,5 bilhões, de acordo com estudo técnico realizado pela Câmara dos Deputados. O corte comprometeria todas as metas do Plano Nacional de Educação (PNE), impedindo qualquer aumento de matrículas na educação infantil e em outras etapas da educação básica, a construção e a abertura de novas escolas, e a contratação de profissionais da área.


Para o reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Roberto Leher, nas universidades públicas a medida provocaria o fim da gratuidade. “Como o Estado deixaria de financiar as universidades públicas, teríamos um peso crescente do custeio feito pelos próprios estudantes. O que é uma aberração em termos dos princípios constitucionais e republicanos”, disse. “Desmontar a universidade pública significa também desmontar toda a expectativa de futuro em relação à ciência e tecnologia”.



Deputados da base de Temer comemoram aprovação da PEC que congela investimentos públicos

Segundo ele, o Estado também perde com o congelamento: “Quando você deixa as pessoas adoecerem e morrerem é também o Estado que vai pagar isso. Todas as grandes recuperações societárias do mundo tiveram a ver com mais investimento em educação, e não com menos. Essa PEC fará regredir 50 anos em 5 meses. É a morte da política e a morte da democracia”.

Os analistas não negam a necessidade de reorganização das finanças públicas, argumento utilizado *ad nauseam* para defender a PEC na mídia de massa e na base aliada de Temer. “A despesa é maior do que a receita? É. Estamos conscientes da necessidade de se fazer sacrifício? Sim, mas com equidade e consciência. Essa proposta escolhe um segmento da população para ser prejudicada pelo ajuste. A parcela da população que precisa do Estado como provedor de bens e serviços e que tem o trabalho como fonte para suprir suas necessidades alimentares”, apontou, poucos dias antes da votação, o jornalista e analista político Antônio Augusto de Queiroz, diretor de documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), órgão que tem entre suas funções fiscalizar o desempenho de deputados e senadores, em apresentação na Fiocruz.

Na madrugada de 26 de outubro, a PEC 241 foi aprovada em segundo turno na Câmara, por 359 votos a 116, desta vez com as galerias totalmente fechadas a representantes da sociedade. Todos os destaques (sugestões de alteração ao texto original) acabaram rejeitados, após cerca de 14 horas de sessão. A PEC segue agora para análise no Senado, onde deve ser votada em meados de dezembro. 

e a garantia de espaço para investimentos públicos em infraestrutura para dinamizar uma retomada do crescimento. Com o crescimento maior, a arrecadação volta a subir.

Jessé de Souza, ex-diretor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e professor de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF), disse acreditar que falta informação de qualidade para a população ter condições efetivas de participar do debate político sobre a proposta. “Estamos em um processo de lavagem cerebral que só é possível em ditaduras, com o monopólio da informação. Essa conta é uma transferência de renda dos mais pobres e da classe média para que as grandes fortunas do Brasil possam aumentar ainda mais”.

C&T



A aprovação na Câmara da PEC 241 foi a decisão mais grave para educação, ciência, tecnologia e inovação tomada no Brasil nos últimos anos, segundo a presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Helena Nader. “Esse é o maior **passo para trás** que o país dá na área”, lamentou ela.

Para Helena, a medida congela o pior orçamento para a ciência dos últimos sete anos. O orçamento federal para a ciência foi de R\$ 4,6 bilhões em 2016, 40% menos do que os R\$ 7,9 de 2013, desconsiderando perdas pela inflação. Na avaliação dos cientistas, o atual investimento em ciência, tecnologia e inovação está tão baixo que mal consegue suprir o funcionamento das atividades de pesquisa em andamento.

“Entendemos a necessidade do ajuste fiscal. No entanto, reduzir os investimentos públicos em educação, ciência, tecnologia e inovação vai na contramão dos objetivos de se efetivamente tirar o Brasil da crise. A experiência mundial nos mostra que, sem investimentos consistentes e permanentes em educação, ciência, tecnologia e inovação, não há desenvolvimento econômico”, afirmou a SBPC em nota aos deputados.

ASS. SOCIAL



R\$ 868 bilhões

seria a perda da assistência social, segundo outro estudo do Ipea, este assinado por Andrea Barreto de Paiva, Ana Claudia Cleusa Serra Mesquita, Luciana Jaccoud e Luana Passos. Em 2036, “a assistência social contaria com menos da metade dos recursos que seriam necessários para manter a oferta de serviços nos padrões atuais”.

Juntos, Bolsa Família, BPC (previdência para pessoas de baixa renda que não contribuíram ao longo da vida ativa), serviços da Proteção Social Básica (PSB) e Programa de Segurança Alimentar (aquisição de alimentos, cisternas e inclusão produtiva) consumiram 1,26% do PIB em 2015. Com o teto de gastos, eles encolheriam a 0,7% do PIB.

Segundo o estudo, a medida “impactará de forma irreparável as redes protetivas”. Os pesquisadores preveem que, com mais beneficiários e um orçamento limitado, o governo seria levado inevitavelmente a rever programas sociais e, no limite, extingui-los.

DESMONTE DA EBC COLOCA EM RISCO EXPRESSÃO DA DIVERSIDADE BRASILEIRA

COMUNICAÇÃO PÚBLICA

VOZ NO

Cena 1. Cerca de duzentas pessoas se reúnem no auditório do 21º andar do edifício da Rádio Nacional, próximo ao cais do Porto do Rio de Janeiro. Os rostos ali presentes são a expressão de diferentes etnias, idades, trajetórias de vida e regiões brasileiras. Estudantes, aposentados, negros, pessoas com deficiência, músicos de banda de coreto, pessoas sem teto e sem terra, gente de todos os cantos. O que retirou aqueles cidadãos de seus afazeres e os trouxe até a reunião, na tarde de 1º de junho de 2010, é a vontade de ver a diversidade brasileira — os sonhos e as realidades de toda a gente — representada na comunicação. Trata-se de uma audiência pública, com participação aberta à sociedade, convocada pelo Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) para ouvir opiniões, críticas e sugestões dos cidadãos sobre as rádios e televisões públicas brasileiras.

Cena 2. Depois de oito meses de debates, com participação cidadã, os membros do Conselho Curador da EBC aprovam uma resolução, em março de 2011, que determina a suspensão dos programas religiosos presentes na grade de programação da TV Brasil. A medida gera resistência tanto da igreja católica quanto de segmentos evangélicos — os conteúdos que deveriam ser suspensos são um programa evangélico, outro católico e a *Santa Missa*, gravada nos estúdios da TV pública no Rio. Para não privilegiar uma crença específica e garantir o princípio do Estado laico, o conselho recomenda a realização de programas que retratem a pluralidade das manifestações religiosas brasileiras.

Cena 3. Para além de um beijo gay no final da novela, em março de 2016, estreia o primeiro programa na televisão aberta brasileira voltado para

a população lésbica, gay, bissexual e transexual (LGBT). O “Estação Plural” — no ar na TV Brasil, uma vez por semana — propõe discutir questões como a saúde, os direitos e a identidade dessas pessoas.

O que essas três cenas têm em comum é a luta para que a comunicação pública seja uma arena capaz de dar voz às diferentes expressões brasileiras. Urgência democrática e demanda social negligenciada, as mídias públicas enfrentam um processo de desmonte, na esteira das primeiras medidas tomadas pelo governo de Michel Temer. A Medida Provisória 744 (2/9), editada dois dias depois da votação do impeachment da presidenta eleita Dilma Rousseff, extinguiu o Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) — que contava com a participação da sociedade, para controlar a instituição e evitar abusos por parte do governo — e mudou a estrutura da empresa, colocando-a submetida à Casa Civil e acabando com o mandato de quatro anos do presidente. “O fim do Conselho Curador é o fim da TV Pública. O Brasil deixa de ter uma empresa pública de comunicação e passa a ser um país sem comunicação pública de caráter nacional, atrás das democracias europeias e de alguns países latino-americanos”, avalia à *Radis* o jornalista, sociólogo e professor da Universidade de São Paulo (USP) Laurindo Leal Filho (leia entrevista na pág. 21).

Livre da busca por audiência comercial e das pressões dos governos, o projeto das mídias públicas é uma reivindicação antiga daqueles que defendem uma comunicação mais democrática. “A TV Pública deve ser a expressão maior das diversidades de gênero, étnico-racial, cultural e social brasileiras, promovendo o diálogo entre as múltiplas



identidades do país”, sintetizava a carta final do 1º Fórum Nacional de TVs Públicas, em 2007, que contou com a participação de emissoras educativas, comunitárias, legislativas e universitárias, além de movimentos pelo direito à comunicação, como o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) — proposta que culminou com a criação da EBC, em 2008.

O ataque recente à comunicação pública é parte das medidas, adotadas pelo governo Temer, de desmonte dos direitos, avaliam pesquisadores, profissionais de comunicação e militantes. De acordo com os membros do Conselho Curador extinto, em moção de repúdio (2/9), trata-se de uma “afronta” à Constituição. “A medida fere o artigo 223 da Constituição Federal, que prevê a complementaridade dos sistemas público, privado e estatal”, diz o texto. “Ao apagar da lei o Conselho Curador, ela violou o caráter público da EBC e interrompeu uma história que a sociedade brasileira vinha construindo”, sentenciou a presidente do conselho, Rita Freire, em reunião convocada pelos membros da sociedade civil, em 06 de outubro, no Rio de Janeiro. Além de ouvir as vozes de resistência e defesa da comunicação pública, *Radis* também foi em busca de entender o que diferencia as mídias públicas daquelas que são controladas pelo governo ou voltadas para o lucro, e porque é importante para a democracia a sua existência.

ATAQUE E RESISTÊNCIA

Aquele que era para ser mais um dia de reunião do Conselho Curador tornou-se um momento de resistência e mobilização. A publicação da MP 744, que

extinguiu a própria existência do conselho, aconteceu na mesma data em que seus membros iriam se reunir em Brasília. As ameaças impostas pelo governo Temer já eram sentidas desde maio, quando o presidente recém-nomeado da instituição, o jornalista Ricardo Melo, foi destituído do cargo pelo então governante interino. A lei que criou a empresa pública (lei 11.652), em 2008, determinava que o mandato do diretor-presidente da EBC seria de quatro anos — medida que, segundo os especialistas, evitava que o dirigente da instituição fosse destituído, em caso de mudança de governo, e garantia autonomia política. Aquele era apenas o primeiro sinal do desmonte.

Mesmo sem o reconhecimento da MP, o Conselho Curador decidiu continuar com suas atividades, que incluem zelar pelo caráter público da empresa e pela participação da sociedade na comunicação pública. “O governo tenta calar um dos poucos instrumentos que a sociedade brasileira tem para manifestar a diversidade de suas vozes”, destacou a presidente do conselho, Rita Freire, jornalista e gestora da Ciranda Internacional de Comunicação Compartilhada. Em reunião no Rio de Janeiro (6/10), aberta à participação popular, ela ressaltou que desfazer o Conselho Curador não desfaz o compromisso das pessoas que permanecem na luta pela comunicação pública e democrática.

A extinção do órgão — que, dos 22 membros, contava com 15 representantes da sociedade, além de um trabalhador da empresa — “tira a autonomia da EBC em relação ao governo federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdo”, afirmaram os conselheiros, em moção de repúdio assinada por nomes como o professor da Universidade de Brasília (UnB), Venício Lima, a pesquisadora e



FOTO: LUIA MARQUES/AGBT

Funcionários da EBC protestam contra fim do Conselho Curador: sem participação da sociedade, comunicação perde seu caráter público

ex-diretora do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ima Vieira, e o maestro Wagner Tiso.

A jornalista Akemi Nitahara, que trabalha na EBC desde 2004, quando ainda era Radiobrás, e representava os trabalhadores da instituição no conselho, conta que o ataque à comunicação pública tem sido um processo conturbado, com a exclusão de qualquer participação da sociedade. “As mudanças acabam com o projeto de comunicação pública do país”, alerta à *Radis*. Ela defende que os conselheiros não tinham representação partidária formando uma composição equilibrada, que incluía movimentos indígenas, negros, de mulheres, do campo, artistas, da área do trabalho, pesquisadores e também uma funcionária da instituição. “A sociedade civil atuava diretamente dentro da empresa, exercendo o controle social sobre o que pode e o que não pode ser feito”, explica.

Segundo a jornalista, os trabalhadores da EBC tinham uma luta antiga pela ocupação dos cargos de chefia por pessoas do quadro, o que foi jogado por terra diante da intervenção realizada pelo governo Temer. O jornalista Laerte Rimoli, que em 2014 trabalhou na campanha do senador Aécio Neves (PSDB-MG) à presidência, foi nomeado diretor-presidente. Akemi relata que essas mudanças são acompanhadas por alterações na grade de programação, pela não renovação de contratos e pela retirada de programas do ar, principalmente aqueles ligados à chamada “faixa de reflexão”, como debates. “Todas as democracias consolidadas têm empresas fortes de comunicação pública. Faz parte da democracia ter uma comunicação que dê voz a quem não tem na mídia comercial”, aponta. Ela avalia que o sistema não era perfeito, mas vinha cumprindo um papel importante de divulgar outras vozes e visões da sociedade. “Setores da população que não têm espaço em lugar nenhum tinham aqui dentro, mas a gente já percebe a diminuição”.

FOCO NO CIDADÃO

Para o jornalista Laurindo Leal Filho, a comunicação pública passou a incomodar ao mostrar que outra mídia é possível, diferentemente do que faz crer a mídia tradicional. “O modelo público não tem nenhum vínculo nem com o governo de plantão, embora possa ter com o Estado, nem com a iniciativa privada”, explica. Segundo ele, a função da comunicação pública é oferecer um serviço público à sociedade, com foco no cidadão.

Outros países do mundo têm experiências diversas de sistemas públicos de comunicação, como

a BBC no Reino Unido e o PBS nos Estados Unidos. Na avaliação de Laurindo, um dos desafios básicos das mídias públicas no Brasil é chegar a todos os cidadãos brasileiros, o que não acontece com a TV Brasil — que não está presente em todos os estados. “Se é um serviço público, tem que estar acessível a todos os cidadãos”, defende, ao destacar que uma das características desse tipo de comunicação deve ser o que chama de “universalidade geográfica”. Ele também ressalta a importância de serem criadas fontes autônomas de financiamento, livres dos interesses políticos do governo, como acontece com a BBC no Reino Unido. Segundo ele, uma das soluções encontradas no Brasil foi destinar recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), arrecadado das empresas de telefonia — mas essa verba nunca foi repassada inteiramente às emissoras públicas.

Outro elemento importante é a independência editorial, que se resolve com a criação de conselhos representativos da sociedade. “Os conselhos ajudam a manter a independência através de um sistema de pesos e contrapesos para garantir o equilíbrio”, afirma. Segundo ele, o que contribui para que uma comunicação seja pública não é o fato de ela estar vinculada ao Estado, mas as possibilidades de participação da sociedade na gestão. “Quanto mais mecanismos no interior do órgão de comunicação pública permitam a presença da sociedade, mais ele será público e não estatal”, reflete, indicando como exemplo a criação de conselhos curadores, ouvidorias, audiências públicas e conselhos de administração com participação cidadã.

PÚBLICA OU ESTATAL?

A confusão entre o público e o estatal ocorre em razão da ausência de regulamentação para o artigo da Constituição Federal que aborda essa questão e determina que os sistemas público, privado e estatal de comunicação devem ser complementares. De acordo com uma resolução da 1ª Conferência Nacional de Comunicação, realizada em 2009, o sistema público é aquele “integrado por organizações de caráter público geridas de maneira participativa a partir da possibilidade de acesso universal do/a cidadão/s a suas estruturas dirigentes e submetido a controle social”. Ou seja, o público é aquele sistema que conta com participação social.

Laurindo também ressalta esse aspecto, lembrando que a comunicação pública não abrange apenas projetos ligados ao Estado, mas que muitas



Fernanda Honorato, do "Programa Especial" da TV Brasil, é a primeira repórter com síndrome de Down do país



Programação infantil sem propaganda nos canais públicos: "Detetives do Prédio Azul", "Vila Sésamo" e "Cocoricó"

vezes a iniciativa de sua criação cabe ao poder público, em razão da carência de recursos fora dele. As duas edições do Fórum Nacional de TVs Públicas (em 2007 e 2009) e o Fórum Brasil de Comunicação Pública (2014) mostraram que há um campo grande de emissoras não governamentais e não comerciais que poderia ser articulado. Entre essas estão rádios e TVs comunitárias, universitárias, legislativas e públicas. "Falta iniciativa política para criação desse conjunto de emissoras que poderiam suprir a população de informações, dramaturgia e conteúdos necessários para que o Brasil conheça o próprio Brasil", completa.

Também a professora e jornalista Iluska Coutinho, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), considera que, para ser pública, a comunicação precisa da legitimação da sociedade, além de evitar uma abordagem partidária ou enviesada. Não é de nenhum partido ou governo, mas de toda a sociedade. "A comunicação pública é aquela comprometida com o cidadão, e por isso ampla, geral e irrestrita quanto às abordagens, fontes de informação, formatos e narrativas", explica. Segundo ela, para ser efetivamente pública, ou seja, de todos, a comunicação precisa de diálogo com os cidadãos, a quem deve prestar contas. "Essa comunicação deve ser necessariamente diversa e plural, como é a sociedade, e ter espaço para o debate e a apresentação do contraditório", reflete.

Para a coordenadora do Observatório de Comunicação Pública (Obcomp) e professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS),



Maria Helena Weber, a função desse tipo de comunicação é estimular o debate a partir de temas de interesse público. Por isso, ela defende que os sistemas de comunicação ligados ao Estado devem incentivar fóruns de debates e a participação da sociedade. "A participação pode ocorrer na medida em que houver espaço assegurado por direito", aponta, citando o papel dos conselhos de comunicação, das universidades e dos cursos de comunicação. Ela considera lamentável o desmonte de "uma das grandes apostas da democracia brasileira no campo da comunicação". "Falta perspectiva e conhecimento para entender a importância da comunicação para a democracia", destaca.

ROSTOS DO BRASIL

Cena 4. Ela é a principal figura do jornalismo da TV Brasil. Negra e mulher, Luciana Barreto, a apresentadora do "Repórter Brasil", é uma minoria entre os rostos que aparecem na televisão brasileira. Ela sabe disso e encara o problema de frente: "É triste perceber que somos 25% da população brasileira, mas somos uma parcela mínima de representatividade na mídia. As mulheres negras no jornalismo são pouquíssimas. À frente de um telejornal, podemos contar nos dedos", declarou em depoimento à *Radis*, enfatizando que essa ausência desconstrói a identidade do brasileiro.

São muitos os temas negligenciados pela grande mídia e ir em busca dessas vozes esquecidas é um trabalho diário, enfatiza. "Damos voz a quem não tem. Exibimos notícias negligenciadas pela grande mídia", ressalta Luciana, ao destacar que o compromisso do jornalismo público é com o cidadão. Segundo ela, sem a pressão de mercado, há mais liberdade para trabalhar. "Podemos abrir mão de uma notícia com grande apelo de audiência porque somos TV pública. Isso nos dá espaço pra trabalhar temas importantes", observa. A ausência da diversidade e da pluralidade nas mídias brasileiras aparece nas falas de Luciana, como em uma declaração ao programa "VerTV", apresentado por Laurindo Leal Filho, em 2014: "Imagina o que é ser uma criança pobre e negra no Brasil. Imagina o papel que a televisão teria na construção de uma identidade



Apresentadora do “Repórter Brasil”, Luciana Barreto é minoria entre os rostos que aparecem em telejornais: ausência de representatividade desconstrói a identidade do brasileiro

positiva para essa criança pobre, negra, indígena, nordestina. Mas o que a gente vê hoje é uma televisão, uma concessão pública, que exclui a maior parte das crianças brasileiras”, analisou.

Para Iluska Coutinho, pesquisadora da UFJF e organizadora do livro “A informação na TV Pública” (2014), o desafio da comunicação pública é quebrar a barreira de invisibilidade e propor novas formas de acesso a informações e entretenimento. “O principal papel das mídias públicas é garantir visibilidade para as vozes em geral silenciadas na mídia hegemônica”, considera. De acordo com ela, a discussão de temáticas relacionadas ao universo das minorias nesses veículos (como a população LGBT) não é episódica, vinculada à realização de eventos como a Parada Gay ou a fatos violentos, mas integra a grade de programação, como uma política ou temática constante. “Os canais públicos são mais plurais a outras representações, mas o pluralismo efetivo é um desafio cotidiano”, reflete.

Ela destaca que o papel central da comunicação pública é contribuir para o exercício do direito de todos se comunicarem. Para isso, os ouvintes, telespectadores ou leitores não são meros objetos a serem conquistados. “O conteúdo da mídia pública deveria se pautar pela busca da autonomia do cidadão, entendido como um ser de direitos, capaz de reivindicar seu cumprimento e realizar demandas aos diversos setores sociais em que se insere”, aponta. De acordo com Iluska, no caso da saúde, é importante uma abordagem do tema a partir das políticas públicas, permitindo o cidadão se posicionar e agir em sua realidade cotidiana.

SOCIEDADE PRESENTE

Criada em 2008 (Lei 11.652), a EBC fortaleceu o sistema público de comunicação no Brasil por meio de instâncias de participação da sociedade civil em sua gestão. A principal delas foi o Conselho Curador, como aponta a jornalista Allana Meirelles, que estudou, em sua dissertação de mestrado na UFJF, a atuação do órgão. “O Conselho Curador, durante esses anos, esteve em contínuo diálogo com a sociedade civil, seja por meio de audiências públicas, seminários ou parcerias de pesquisa”, avalia, a partir dos dados levantados. Por essa razão, ela só vê um sentido na medida do governo de Michel Temer de extinguir o conselho: “Não há dúvidas sobre a intenção de se acabar com a comunicação pública”.

Segundo a pesquisadora, a independência em relação ao governo era garantida por instrumentos de controle da sociedade: ou seja, a inserção da participação cidadã no Conselho Curador é o que permitia que a EBC não fosse uma empresa de comunicação governamental. “O fim do Conselho Curador representa um golpe à tentativa de se construir uma rede de emissoras de rádio e TV de fato públicas e democráticas no país, que se contraponha a um sistema oligopolizado, hegemonicamente comercial e sem uma regulação democrática”, reflete Allana. Na sua avaliação, se não há um órgão de representação da sociedade civil que fiscalize e participe das definições estratégicas da empresa, ela não é mais pública e sim governamental.

SOB ATAQUE

“O ataque dirigido à EBC representa simbolicamente todo o atentado aos direitos sociais, trabalhistas e garantias mínimas de uma sociedade democrática saudável, que possa ter o direito de olhar criticamente para si”, afirmou, durante o seminário “Comunicação Pública: Construção e impasses”, na Fiocruz (25/7), o presidente da Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (Abepec), Israel do Vale. Em outubro, ele também sofreria o reflexo do desmonte da comunicação pública: presidente da Fundação TV Minas desde janeiro de 2015, ele foi exonerado do cargo pelo governador Fernando Pimentel (PT-MG) no dia 19. Em nota (26/10), o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) considera que a intervenção na comunicação pública em Minas Gerais é uma grave ameaça à liberdade de expressão, como tem ocorrido com a EBC. “Além disso, viola o dispositivo constitucional que prevê a autonomia das emissoras públicas em relação a governos e ao mercado”, completa o texto.

Israel lembra que toda a concessão de rádio e televisão é pública, mas que o modelo brasileiro gera acesso desigual e concentração nas mãos de poucos.



Metrópolis, apresentado por Cunha Jr e Adriana Couto, recebe atrações musicais e performances teatrais em estúdio da TV Cultura



"Estação Plural", primeiro programa na TV aberta voltado para a população lésbica, gay, bissexual e transexual, discute saúde, direitos e identidade desse grupo na TV Brasil

"O Estado dá a um grupo econômico o direito de explorar um bem que pertence a toda a sociedade brasileira", destacou. Também para o vice-diretor do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz), Rodrigo Murтинho, as características da radiodifusão brasileira não favorecem o conjunto da sociedade. Ele cita que, em razão da predominância das mídias privadas, a própria população desconhece que rádio e TV são concessões públicas. "O sentimento predominante é de que a atividade de comunicação é eminentemente comercial", avalia.

Ele lembra que a Constituição determina que deve haver a complementaridade entre os sistemas público, privado e estatal. "Porém, o que temos na realidade é um sistema privado gigante e um sistema público que não sabemos de fato o que seja", considera. Segundo ele, diferente da maior parte dos países desenvolvidos, o Brasil tem um sistema de rádio e televisão majoritariamente privado e uma comunicação pública incipiente, o que gera ausência de diversidade e pluralidade na mídia. "No Brasil existe muito pouco da cultura da comunicação pública", reflete.

Rodrigo considera que instituições públicas do SUS, a partir do protagonismo de trabalhadores e usuários, têm buscado discutir e construir iniciativas de comunicação pública. Ele ainda menciona que esse anseio foi manifestado nas resoluções das conferências nacionais de saúde. "A comunicação pública coloca a centralidade no cidadão, por meio do diálogo, do respeito a suas características e necessidades, do estímulo à participação ativa, racional e corresponsável", define. E completa: trata-se de um bem e um direito coletivo. Segundo ele, os grupos que defendem o direito à saúde e à comunicação não podem se intimidar com a correlação de forças desfavorável frente ao avanço de políticas de desmonte e corte de direitos. "Nós estamos aqui para afirmar o caráter público da comunicação e não vamos retroceder nesses conceitos de forma alguma", conclui.

Sem comunicação pública, a democracia também é colocada em xeque, concordam as diferentes vozes ouvidas por *Radis*. "Dentro de um momento político difícil, a luta pela comunicação pública é prioridade", alerta Rita Freire. Na visão de Orlando Guilhon, integrante da Frente Ampla pela Liberdade de Expressão e Direito à Comunicação do Rio de Janeiro (FaleRio), o desmonte da comunicação pública vai afetar as redes de TVs e rádios do campo público coordenadas pela EBC em todo o país. "Essa luta específica da comunicação pública está inscrita numa luta maior pela democracia", aponta. "A comunicação pública é um pilar importante da democratização da comunicação, para ampliar as vozes presentes na mídia", defende Akemi Nitahara. A esperança é que a resistência da sociedade possa impedir que medidas autoritárias condenem a diversidade ao silêncio.

"A comunicação pública é um indicador da qualidade da democracia", defende a coordenadora do Observatório da Comunicação Pública (Obcomp), Maria Helena Weber. Por isso, de acordo com a pesquisadora, os seus princípios devem ser privilegiados na política de comunicação do Estado. O Observatório foi criado há um ano para reunir acervo e fontes de acesso referentes aos sistemas de comunicação dos poderes executivo, legislativo e judiciário, além de incentivar debates sobre temas de interesse público. "O governo instituído pelo impeachment está assustado com a comunicação pública", reflete.



"Manos e Minas", da TV Cultura, celebra a cultura de rua e acompanha a produção atual da música urbana (rap, funk, soul, reggae, samba)

MÍDIAS PÚBLICAS: POR QUE TEMOS ESSE VAZIO?



"Castelo Rá-tim-bum", da TV Cultura, é exemplo de que canais públicos podem ter penetração popular

SAIBA MAIS

"Ameaçada, comunicação pública é vital para a democracia" (Laurindo Leal Filho) goo.gl/bNIZ6f

"A EBC pública e a democratização da mídia" (Akemi Nitahara) goo.gl/Rqddng

"Sistemas Públicos de Comunicação no mundo" (Intervozes) goo.gl/FCn5ul

"Uma política do ver: Negociações de sentido e práticas em torno do público nas políticas brasileiras de televisão" (Luiz Felipe Stevanim) goo.gl/otlvsY

"Autonomia relativa e disputa por hegemonia na televisão pública" (Allana Meirelles): goo.gl/uvwvfy

Observatório da Comunicação Pública <http://www.ufrgs.br/obcomp/>

A rádio no Brasil nasceu pública e não comercial. Quando o antropólogo Edgar Roquette Pinto fundou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em 1923, com integrantes da elite carioca, a ideia era que tivesse finalidade científica, artística e de "pura educação popular". Durou pouco assim, até que foi absorvida pelo Estado e transformada na Rádio MEC, em 1936, no governo de Getúlio Vargas. Desde então se consolidou duas tradições, como explica Rodrigo Murinho. "Uma delas, a radiodifusão como atividade comercial. Segundo, a comunicação como instrumento utilizado pelo Estado autoritário, o que se repetiu em diferentes momentos de nossa história", relata. Em outras palavras: a comunicação virou um grande negócio voltado para o lucro e o uso político.

Já a televisão, logo quando surgiu, em 1950, adquiriu um caráter eminentemente comercial e voltou-se para a conquista de grandes audiências, enquanto as iniciativas públicas eram adiadas para evitar concorrência. "A história da televisão pública é uma história de sufocamentos e sabotagens", conta o presidente da Abepec, Israel do Vale. A primeira televisão educativa surge apenas em 1967, com a TV Universitária de Pernambuco, seguida por outras iniciativas nos estados. Com explica Rodrigo, essas TVs surgem com um papel totalmente marginal, durante a ditadura militar, voltadas oficialmente para a transmissão de aulas e palestras: "As TVs educativas, desde que criadas, não poderiam competir com as empresas comerciais".

A Constituição de 1988 tratou, pela primeira vez na história brasileira, da complementaridade entre os sistemas público, privado e estatal de radiodifusão, mas não especificou qual seria a função de cada uma dessas três esferas. Nos anos 1990, a TV Cultura de São Paulo (uma TV pública estadual) ganhou grande penetração popular com sua programação infantil ainda hoje lembrada, que incluía programas como *Castelo Rá-tim-bum* e *Mundo da Lua*. Mas as cerca de

duas dezenas de TVs educativas ligadas aos governos estaduais permaneceram à margem das emissoras comerciais, em razão da falta de investimentos e de autonomia em relação aos governos.

Foi somente entre 2006 e 2007 que o projeto de criação de uma televisão pública de alcance nacional ganhou força, com a reivindicação de ativistas, movimentos sociais, profissionais de comunicação e representantes das emissoras educativas, comunitárias, universitárias e legislativas reunidos no 1º Fórum Nacional de TVs Públicas, ocorrido em maio de 2007. A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) foi então criada em 2008. Atualmente a instituição é responsável pela gestão da TV Brasil, de oito rádios públicas (dentre elas, as rádios MEC e Nacional) e de uma agência de notícias (a Agência Brasil). Já nos estados, permanecem as emissoras ligadas aos governos locais — 17 delas filiadas à Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (Abepec).

Uma das transformações importantes que a comunicação brasileira vivencia atualmente é a migração digital, que também impacta sobre as mídias públicas. Entre as novidades está a criação do Canal da Cidadania, que faz parte do conjunto de canais públicos explorados pelo poder público e por entidades das comunidades locais. O Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD-T) prevê a multiprogramação desse canal em quatro faixas de conteúdo: a primeira para o município, a segunda para o governo estadual e as duas outras para associações comunitárias, que poderão gerar programação de modo próprio ou compartilhado. Israel do Vale aponta que a sociedade precisa se apropriar do debate sobre os Canais da Cidadania como uma oportunidade para ampliar seus meios de expressão. "Esse momento de ampliação de canais, quando se tem a possibilidade de criar canais voltados para a cidadania, a educação, a saúde e a cultura, é a oportunidade para a sociedade se apropriar desses espaços", considera.

"Participação é a garantia da comunicação pública"



“A melhor TV do mundo”, aquela com a qual sonhamos, ainda está longe das nossas telas. Ela só será construída com controle e participação da sociedade. Essa é a defesa do sociólogo, jornalista, apresentador de TV e professor da Universidade de São Paulo (USP), Laurindo Leal Filho, o Lalo. Nos anos 1990, ele escreveu um livro que trouxe para o Brasil a referência de um modelo de televisão muito diferente daquele que se conhecia no país: “A melhor TV do mundo” [Summus Editorial, 1997], que trata da experiência da BBC do Reino Unido. Também é autor de outras obras que são referência no debate sobre a comunicação pública, como “Atrás das câmeras” [1988], que conta a história da TV Cultura de São Paulo, e “A TV sob controle” [2007], sobre o papel da televisão na política e na sociedade contemporânea. Lalo também é responsável por levar as discussões sobre o direito à comunicação para a telinha, ao discutir a televisão brasileira no programa que apresenta na TV Brasil, “VerTV”. Para ele, o fim do Conselho Curador da EBC significou o fim da TV pública.

O que é preciso para que uma televisão, uma rádio ou uma iniciativa de comunicação seja considerada realmente pública?

No caso brasileiro, a Constituição determina que haja a complementaridade entre os sistemas de radiodifusão: público, privado e estatal. Privadas são as concessões outorgadas pelo Estado para empresas particulares prestarem esse tipo de serviço, são as empresas comerciais que nós conhecemos. Estatais são aquelas diretamente controladas pelo governo. A Constituição criou o modelo público para ser complementar a esses dois. Portanto, não tem nenhum vínculo nem com o governo, embora possa ter vínculo com o Estado, nem com a iniciativa privada. O controle sobre ele é exercido pela sociedade, através de mecanismos que diferem de país para país. A regra geral é que existam conselhos formados por representantes da sociedade, de preferência sem vínculo com o comércio e a política, portanto, com alto grau de independência. O que garante a independência em relação ao governo é a possibilidade de participação da sociedade na gestão.

É função da comunicação pública fazer o contraponto da mídia comercial?

Não é fazer contraponto. Ela deve oferecer à sociedade o serviço público que as outras emissoras não oferecem, por causa dos compromissos com a audiência, sua principal fonte de receitas. Como a comunicação pública não tem esse tipo de compromisso, ela tem a possibilidade de oferecer um conteúdo diverso daquele oferecido pelas emissoras comerciais.

Na Inglaterra, o sistema de rádio e televisão nasceu público e é financiado com contribuição dos cidadãos. Como o modelo britânico ajuda a compreender os desafios que se colocam para as mídias públicas no Brasil?

O modelo britânico é o caso mais bem-acabado, mas não o único. Ele consegue juntar independência editorial com autonomia financeira, que são os dois pés que sustentam a comunicação pública. Com conselhos independentes, garante-se a independência editorial. A maior referência que pode haver para o Brasil é que se interiorize aqui a ideia de que comunicação é prestação de serviço público, e não comércio. A prestação pode ser feita por agentes particulares, dentro de regras que garantam a diversidade simbólica, cultural e de informação. Mesmo as emissoras comerciais funcionam como outorga de Estado para prestação de serviço público, portanto deveriam prestar um serviço público a partir de determinadas regras pactuadas entre elas e o órgão outorgante. É o que acontece em alguns países em que o concessionário assina um compromisso e diz que tipo de serviço vai prestar durante o período em que a concessão foi outorgada. Prestar contas de uma concessão do serviço público é um processo democrático e acontece em vários países, inclusive nos Estados Unidos. A referência básica é a ideia de prestação de serviço com controle público. Hoje o concessionário de rádio e TV faz o que bem entende com a outorga, coloca o que ele quer no ar. Não é assim, aquilo é um serviço público, precisa saber o que o público necessita. A radiodifusão não é um mero comércio. Tem que prestar contas. Infelizmente, no Brasil, as concessões são renovadas praticamente de forma automática, quando passam pelas comissões do Congresso, que são muitas vezes formadas pelos próprios concessionários. É outra aberração brasileira: haver parlamentares que são concessionários de serviço público.

O que o fim do Conselho Curador da EBC representa para a comunicação pública?

O fim do Conselho Curador é o fim da TV Pública. A partir da extinção do Conselho Curador, a EBC e suas emissoras deixaram de ser veículos públicos e passaram a ser estatais. Por isso esta medida provisória [MP 744/2016] é inconstitucional. A existência do Conselho é a garantia da existência da comunicação pública. Pela MP, toda direção passa a ser nomeada diretamente pela Presidência da República, portanto tornou-se mais uma empresa governamental. O Brasil deixa de ter uma empresa pública de comunicação e passa a ser um país sem comunicação pública de caráter nacional, ficando atrás das democracias europeias e de alguns países latino-americanos.



PRA PRA SURDO



Liseane Morosini

Experimente desligar o som da TV e você verá um grande descompasso entre o que é falado na tela e o que a legenda apresenta; esta sempre vem depois da fala. Em um filme ou peça de teatro, conte quantas pessoas surdas e cegas estão presentes na plateia; certamente você nem verá alguma, já que as salas de exibição não estão preparadas para receber esse público. Procure um livro em braille em uma livraria; você não vai encontrá-lo nas estantes. Vá até um museu e observe se há audiodescrição das peças expostas para pessoas com baixa visão. Se você precisou ler esse texto para atentar sobre a existência de barreiras na comunicação, saiba que para um grande número de brasileiros elas são concretas e impossíveis de serem contornadas no dia a dia. No Brasil, praticamente não há oferta de livros, peças teatrais e filmes com algum tipo de acessibilidade na comunicação, o que impede que pessoas cegas e surdas frequentem esses espaços e

desfrutem de possibilidades culturais como qualquer brasileiro. Apesar de o país ter quase 45 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, segundo informações do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), essas pessoas estão à margem da oferta cultural.

Os números do IBGE revelam que há cerca de 9,5 milhões de surdos e 6,5 milhões de pessoas cegas. “Para essas pessoas é negado o direito de comunicar e ser comunicado”, afirma Alberto Arguelles, fundador da WVA Editora. Desde 1993, a editora é focada na publicação editorial em vários formatos acessíveis e seu trabalho foi reconhecido pela Organização das Nações Unidas, em fevereiro de 2016, com o prêmio *Innovative Practices of the Zero Project 2016 on education and ICT*, por ter disponibilizado em nove formatos o livro *Sonhos do Dia*, da escritora e jornalista Claudia Werneck, fundadora da Escola de Gente — Comunicação em Inclusão.

“Quando fundamos a editora, pouca gente falava em acessibilidade. Nós somos a única editora

CEGO VER

OUVIR

Iniciativas buscam ampliar oferta cultural para pessoas com deficiência



no mundo que produz livros acessíveis. Mas, infelizmente, no Brasil livro não é gênero de primeira necessidade”, apontou Alberto durante o seminário *Deficiência, invisibilidade e acessibilidade: o que comunicação e informação têm a ver com isso?*, realizado pelo Centro de Estudos do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, da Fundação Oswaldo Cruz (Icict/Fiocruz), em 27 de setembro.

LIVRO ACESSÍVEL

Alberto estimou em 64 milhões os brasileiros que interagem com pessoas com deficiência, que necessitam de alguma forma de comunicação. Por isso, para ele, é importante realizar o potencial de cada pessoa. Nesse cenário, ele acredita que os aspectos cultural e econômico acabam por ampliar a lacuna na comunicação para pessoas com algum tipo de deficiência. Indo além do custo, há, na avaliação dele, questões práticas que se transformam em barreiras e

que podem comprometer a qualidade do trabalho.

“Tivemos dificuldades na edição do livro *Sonhos do Dia*. É um trabalho duro. O processo é muito mais complicado do que a gente pensa”, exemplificou. O livro foi publicado em sete formatos simultâneos: impressão em tinta, impressão em braile, Daisy [sistema de livros digitais sonoros], Libras [Língua Brasileira de Sinais] e legenda, livro falado com e sem audiodescrição, e animação com audiodescrição. O editor destacou que, como os editores de vídeo não entendem Libras, os intérpretes não podem errar ou parar no meio da tradução, sob pena de comprometer a compreensão da pessoa surda.

Outro cuidado tomado com a edição da versão em braile é que ela foi feita com uma resina especial para não desgastar o papel com o manuseio. Por isso, ele acha importante ter apoio estatal para incentivar a produção desses livros, já que a venda não consegue cobrir os custos. “Cada exemplar teve 400 páginas e saiu por R\$ 200. E o fato de o livro estar disponível em vários formatos não trouxe mais leitores”, comentou.



Seminário sobre acessibilidade na Fiocruz aponta que às pessoas com deficiência é negado o direito de comunicar e ser comunicado

A questão, para Alberto, tem fundo ideológico. “A partir do momento em que nos colocamos no lugar do outro, percebemos que a responsabilidade de quem defende um mundo para todos vai custar mais caro, mas é um direito que tem que ser respeitado. A briga é com o Estado, mas é também com cada um de nós, porque o preconceito está arraigado e só esperando para dar um bote”.

SAIR DA CAVERNA

Armando Nembri usou a própria voz para traçar o panorama da luta das pessoas surdas. Surdo profundo de nascença, ele disse que foram precisos, no mínimo, 30 anos de aprendizado para que conseguisse falar. “São trinta para ter o privilégio que a maioria dos surdos não tem”, assegurou. Para chegar a ser oralizado, Armando contou com o estímulo constante da família, em especial da mãe, professora de Libras. “Eu hoje não consigo mais ver a dificuldade como limitador, mas como desafio. Sou capaz de afirmar que toda e qualquer dificuldade pode ser olhada com motivação”. Aos que estranham a forma como se comunica, Armando dá o recado: “Todo mundo fala português, mas fala de um jeito diferente. Eu também falo desse jeito diferente”. Por isso, de saída, ele recomenda que a empatia seja a força que vai impulsionar a inclusão. “É preciso ter a sensibilidade de se colocar no lugar do outro e compromisso de defender o acesso pleno de todo cidadão a seus direitos”, afirmou.

Armando é o primeiro aluno surdo a concluir o doutorado em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Anteriormente, ele concluiu dois mestrados: um em Ciências Pedagógicas e outro em Avaliação de Sistemas, Programas e Instituições. Para chegar lá, contou que teve que superar muitas barreiras, especialmente no campo da linguagem. “O código de uma pessoa ouvinte é diferente do de uma pessoa surda,



o que a coloca sempre em desvantagem”. Tomando como exemplo a prova de seleção para o doutorado, foi ali que Armando percebeu na prática a diferença entre igualdade e equidade. “Eu fui informado que o exame da língua inglesa seria aplicado em igualdade de condições. Mas minha primeira língua é Libras; aprendi português como a segunda língua; e fiz a prova de inglês como terceira língua. Não havia como ter igualdade de condições naquele momento”.

No silêncio da sala, Armando pediu para que as pessoas surdas comecem a falar como caminho para saírem da invisibilidade. “Precisamos fazer barulho para conhecer a comunidade ouvinte e sermos conhecidos por ela. Somos todos iguais na diferença

e na nossa humanidade”, disse. E é dessa forma que ele disse esperar a efetivação do uso de intérpretes de Libras no ensino superior e a conquista de espaços como a direção do Instituto Nacional de Surdos.

PARA TODOS E TODAS

Para Armando, a questão da inserção vai além da legislação. “São apenas 14 anos de reconhecimento da Libras e 11 de sua regulação. E temos um ano da Lei do Estatuto da Pessoa com Deficiência”. Ele identificou que há ausência de um padrão de comportamento, que é aquele que obedece à lei. “Aqui no Brasil, temos muitas normas e regras, mas elas não estão vinculadas a valores. Falta um padrão de comportamento. É preciso respeitar efetivamente a legislação, que já existe, e fazer valer o direito de todos”, salientou. Como receita para todos e todas, disse que “é preciso voltar a falar de amor entre a humanidade, falar de empatia”. Segundo ele, é a vida que precisa ser celebrada em qualquer instância. “Eu noto que o nascimento de uma criança surda no seio de uma família surda é cercado de alegria. Mas no de uma não surda é encarado como um problema médico”, relatou.

seja lido por um leitor de tela permitindo a leitura por deficientes visuais.

Simone coordena o Núcleo de Pesquisa em Acessibilidade e Usabilidade da Unirio e observa que os sistemas devem ser validados por meio de testes com usuários e as interfaces precisam aparecer corretamente para todos eles. Mas essa não é a realidade, já que a professora entende que há metáforas que nada representam para pessoas com limitações. Como exemplo, ela citou o ícone do sistema Windows [janela, em inglês], que não tem a menor referência para um cego. Além disso, ela lembrou que 10% das pessoas são daltônicas e não distinguem as cores verde e vermelho. “O design deve ser acessível a todos igualmente”.

Outra questão levantada é o pouco interesse sobre a necessidade de sites acessíveis por quem produz conteúdo para a web. “É comum vermos o uso das imagens presentes em um site sem uma descrição textual correspondente”, observou.

Segundo ela, não há um programa que faça descrição automática de arquivos de imagens. Além disso, Simone entende que todos os cursos deveriam oferecer a disciplina sobre interação humano-computador. “Eu acho que há muito descaso. Não com o conteúdo disciplinar, mas com o humano. Se os sites são feitos para as pessoas, então deveria ser obrigatório desenvolver sistemas para todas as pessoas”, concluiu.

O projeto #PraCegoVer visa disseminar a cultura da acessibilidade nas redes sociais. Com isso, todas as imagens postadas em páginas do Facebook que aderiram à iniciativa são também descritas. Esse recurso permite que pessoas cegas e com baixa visão utilizem programas leitores de tela e assim consigam ter acesso, em áudio, ao conteúdo postado em texto. O projeto informa que a hashtag é “uma provocação, um chamamento para as pessoas se enxergarem mais, saírem de suas zonas de conforto e perceberem que podem fazer acessibilidade, mesmo que seja uma breve descrição de uma imagem na internet”.

O seminário surge na esteira de uma série de projetos propostos desde 2015 pelo Grupo de Trabalho sobre Acessibilidade do Ictict/Fiocruz. A iniciativa visa disseminar que a comunicação e a informação, enquanto direitos humanos, devem ser dirigidos para qualquer pessoa, reconhecendo a diversidade humana. Integrante do GT, o pesquisador Luís Carlos Fadel salientou a importância da reflexão já que, em sua visão, o trabalho é ao mesmo tempo um produtor de deficiências e um espaço de emancipação de pessoas com deficiência. “A cidade deve ser feita para o conjunto das pessoas e se ela não tem acessibilidade, não é inclusiva, não é humana. Se existem aqueles que, de alguma forma, não são incluídos, então a cidade é um lugar de infelicidade”, ponderou. Já a jornalista Marina Maria, outra integrante do grupo, afirmou que é fundamental que as instituições assegurem as medidas de acessibilidade previstas na legislação brasileira e em outros marcos legais nacionais e internacionais buscando espaços mais acessíveis.

“As pessoas precisam se enxergar mais, sair de suas zonas de conforto e perceber que podem fazer acessibilidade, mesmo que seja uma breve descrição de uma imagem na internet”

Luís Fadel (ao centro), do GT de Acessibilidade do Ictict, também integrado por Marina Maria: “Se a cidade não é acessível, ela não é humana”



Ao falar sobre a acessibilidade na web, Simone Bacellar, professora do Departamento de Informática Aplicada da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), afirmou que o desenvolvimento de um site deve permitir que a acessibilidade [que contempla perfis específicos] e a usabilidade [para todas as pessoas] sejam programadas conjuntamente. “Essas são características prioritárias e é melhor que um site não seja tão bonito e que possa ser usado por todos”, disse. Simone entende que o grande desafio é projetar sistemas da web que possam ser acessados por uma diversidade de pessoas de diferentes culturas, limitações e idades. A professora destacou ainda que, quando um código é escrito, é importante que ele





FONTE DE VIDA

**A LUZ DO SOL EVITA DOENÇAS E TRAZ BEM
ESTAR, MAS MODERAÇÃO É A PALAVRA CHAVE NA
HORA DE SE EXPOR**

Elisa Batalha

Indicação médica: tomar sol. Foi assim com a professora de inglês Lilian de Santana, de 41 anos, quando ela apresentou deficiência de vitamina D, que pode levar a osteopenia (diminuição do cálcio nos ossos). Lilian, então, deixou de encarar o sol como um vilão e passou a fazer um esforço para encaixar na rotina a exposição aos raios solares — por alguns minutos, “sempre que lembra”, em casa mesmo. “Uso uma pequena área externa enquanto tomo café da manhã e fico nas redes sociais. Brinco que estou tomando meu ‘sol na laje’”, conta.

A aposentada Carmelita Correia, de 69 anos, foi diagnosticada com osteopenia e seu clínico geral também recomendou que tomasse sol todos os dias. “Passei a caminhar quinze minutos pela areia da praia de Copacabana de manhã cedo, com água salgada nos pés”, relata ela, que diz ter seguido à risca a orientação diariamente por um ano. “Fiquei recuperada. Tempos depois, sofri uma queda séria na rua mas não tive nenhuma fratura. Se estivesse com osteoporose, não sei se teria ficado bem”, comenta Carmelita, que ciente dos benefícios manteve o hábito e continua pegando sol na varanda de casa.

A vitamina D é em sua maior parte (até 90%) sintetizada a partir da exposição da pele aos raios solares. Sua principal função é relacionada ao metabolismo ósseo. A deficiência pode levar a câncer, osteopenia, osteoporose e diabetes. Além do enfraquecimento dos ossos, a deficiência da vitamina também está associada à obesidade e diabetes, hipertensão arterial e outros problemas.

Há uma grande porcentagem da população com deficiência de vitamina D, que pode chegar a mais de 80% entre os idosos. A nutricionista Liane Murari Rocha, que defendeu em julho tese sobre o metabolismo da diabetes, concluiu que a baixa exposição ao sol é um dos fatores que se mostraram relacionados a problemas de saúde como obesidade e diabetes tipo 2, ao lado de poucas horas de sono ou de sono de má qualidade.

A pesquisa “Relação entre padrões de sono, concentrações de vitamina D, obesidade e resistência à insulina”, realizada com voluntários que visitaram os ambulatórios de Obesidade e Diabetes do Hospital de Clínicas e o Centro de Saúde da Comunidade da Universidade de Campinas (Unicamp), reforça o que a literatura científica já sugeria. Atualmente, a deficiência ou a insuficiência de vitamina D é considerada um importante problema de saúde pública com implicações no desenvolvimento de diversas doenças.

MUDANÇA DE HÁBITO

O Brasil é um país tropical, em que os dias ensolarados são regra e não exceção. No entanto, nem todos conseguem aproveitar os benefícios do sol para a saúde. No estudo, Liane percebeu dificuldades para que as pessoas incorporem o hábito de tomar sol. “Acontece de saírem de casa muito cedo para trabalhar e só voltarem à noite. E o lazer é interno, dentro de shopping centers, por exemplo”.

Enquanto alguns não saem ao sol porque não têm tempo, outros se recusam. “Na minha pesquisa, apareceu que as pessoas não querem tomar sol. Muitos dos meus pacientes reclamam que o sol é muito forte. Os idosos, principalmente, dizem que é muito pior do que antigamente”. E até os padrões estéticos da sociedade também surgiram nos relatos à nutricionista quando recomendava que a pele fosse deixada à mostra. “As pessoas obesas têm, muitas vezes, dificuldade de se expor, por se sentirem constrangidas”.

Para Liane, é importante incentivar mudanças

de hábitos. “Muitos querem resolver os problemas com potinhos de suplemento. Para algumas situações, há necessidade, para outras, não”. Segundo a nutricionista, que esteve recentemente em um congresso de endocrinologia, existe preocupação entre os médicos com a suplementação excessiva. Ela relata que há evidências sugerindo que, em excesso, a vitamina D provoca mineralização e problemas renais.

Outra fonte de vitamina D, responsável pelo suprimento de cerca de 20% da dose necessária para o bom funcionamento do organismo, vem da alimentação. “Manter um estado nutricional adequado de vitamina D não é tão fácil. A principal fonte proveniente da dieta, o peixe, não é de consumo tão frequente na população em geral”, observa Maria Eduarda Melo, nutricionista do Instituto Nacional do Câncer (Inca). Ela lembra que pessoas idosas têm menores quantidades na pele do precursor da vitamina D, e, além disso, costumam se expor menos ao sol.

“No Brasil até há pouco tempo não se discutia a inadequação do suprimento de vitamina D”, alerta a médica. Ela confirma que a população em geral está com níveis abaixo do adequado: “Só temos hipóteses para explicar isso. Uma seria pelo uso intensivo de filtro solar. Outra questão que vem sendo levantada é sobre o ponto de corte para se estabelecer o que é insuficiência. É cada vez mais difícil definir esses valores”.

Maria Eduarda apontou que não existe uma “dose” de sol exata para recomendar para as pessoas. “Não existe consenso na literatura sobre o tempo exato recomendado. Alguns estudos falam em de 10 a 20 minutos por dia. Não adianta ficar exposto por horas e nem precisa ser o corpo inteiro”, esclarece.

SAÚDE MENTAL

O psiquiatra Leandro Franco lembra que a luz solar tem interferência no humor das pessoas. Por isso, nos países nórdicos, onde durante os meses de inverno os dias são muito curtos, acontece a chamada depressão sazonal. “Os estudos sugerem que a luminosidade afeta a expressão de receptores nos neurônios para neurotransmissores ligados ao bem estar”.

Outro psiquiatra, Jone Chebom, também liga o sol à alegria. Ele indica a exposição a todos os seus pacientes, não só os que têm depressão. Uma boa caminhada ao ar livre, no sol da manhã, de preferência, é sua recomendação. “O sol participa no mecanismo do bem estar e faz a pessoa se sentir mais viva”, afirma ele, que, por atender no Rio de Janeiro, também orienta ir à praia — exatamente como fez Dona Carmelita para combater sua osteopenia.

FILTRO SOLAR

A radiação do sol pode ainda tratar muitos problemas de pele, como por exemplo a psoríase. A dermatite seborreica, popularmente conhecida como caspa, tende a melhorar no verão. A micose

fungoide, um tipo de linfoma cutâneo, tem como opção terapêutica a fototerapia — numa câmara de luz, as lesões da pele são irradiadas com ultravioleta A ou B, apresentando bons resultados em alguns casos. Esses mesmos raios ultravioleta são os vilões do câncer de pele. “É o mesmo sol que causa câncer”, ressalta Liane.

Pela gravidade da doença e pela alta incidência no país, os dermatologistas em geral são taxativos: nunca deixar de usar o filtro solar. “Sempre com fotoproteção”, recomenda a médica Caroline Assed Saad, assessora da Diretoria da Sociedade


Brasileira de Dermatologia. “Independentemente de como está o tempo — nublado, chovendo —, todas as áreas expostas devem ser protegidas com filtro solar, e esse deve ser reaplicado a cada três horas”. Na praia e na piscina, segundo Caroline, métodos de barreira devem ser usados, como chapéus, guarda sol e óculos, e o filtro solar deve ser reaplicado mais rigorosamente, a cada mergulho ou após transpiração intensa. Os horários de maior incidência da radiação ultravioleta, como depois das dez da manhã até quatro horas da tarde, devem ser evitados. 



FOTO: AGENCIA BRASIL

A importância do SOL

- A **VITAMINA D** é em sua maior parte (até 90%) sintetizada a partir da exposição da pele aos raios solares. Uma das principais funções da vitamina é ajudar o organismo a **FIXAR CÁLCIO NOS OSSOS**
- A deficiência dessa vitamina pode levar o organismo a desenvolver **CÂNCER, OSTEOPENIA, DIABETES, HIPERTENSÃO E OSTEOPOROSE**
- O sol ajuda a tratar problemas de pele como **PSORÍASE** e dermatite seborreica, a **CASPA**
- Os horários mais adequados para se tomar sol são até às **10H** da manhã e **DEPOIS DAS 17H**
- A **LUZ SOLAR** traz sensação de **ALEGRIA**. Estudos sugerem que a luminosidade afeta a expressão de receptores no cérebro para neurotransmissores ligados ao **BEM ESTAR**
- Para prevenção do câncer de pele, o uso de **FILTRO SOLAR** é sempre recomendado pelos dermatologistas, mesmo em dias nublados

A VIDA com microcefalia

Pais de bebê afetada pelo zika
vírus criam blog para relatar
negligências e combater
desinformação



FOTOS: ARQUIVO PESSOAL



Mariella de Oliveira-Costa e Valéria Vasconcelos Padrão*

Joselito Alves, 27 anos, técnico de informática. Maria Carolina Flor, 21 anos, estudante de Nutrição. Juntos há quatro anos, os filhos de agricultores analfabetos da cidadezinha de Esperança, na Paraíba, são pais de Gabriel, de dois anos, e de Maria Gabriela, de nove meses. O diagnóstico de microcefalia da caçula surpreendeu os pais e a equipe médica, logo após o parto, em janeiro de 2016. Os olhares enviesados dos profissionais de saúde, a ausência do diagnóstico precoce, os direitos violados e o preconceito enfrentado pelo casal, das ruas aos espaços de decisão da cidade, motivaram a criação do blog Somos Todos Maria Gabriela.

“Ela interage com uma comunicação comum, comparada a outros bebês. Ela ri, chora, tem ações de irritabilidade, mama, chora pedindo colo [constantemente]... Vivemos numa rotina exaustiva, mas prazerosa.

A página, que já tem mais de 15 mil acessos, traz detalhes do pré-parto, parto e pós-parto, relatos de negligência, a luta da família por direitos, o andamento da formação da associação de familiares de crianças como Gaby, o apoio (e a falta dele) por parte de pesquisadores e profissionais de saúde, curiosidades sobre as sessões de fisioterapia, batizado, visitas recebidas e encontros de que o casal participa para falar do tema. Com linguagem simples e direta, o pai, também produz e divulga vídeos relatando o cotidiano da família, porque, segundo ele, a imagem, em comparação com o texto, “expressa mais o que a gente sente”.

Gaby, como é chamada pelos familiares, faz parte da primeira geração de crianças brasileiras afetadas pelo zika vírus. Nasceu com 27 centímetros de perímetro encefálico, quando o considerado normal é acima de 33. Durante o

parto prematuro, aos oito meses de gestação, Carolina ficou sozinha com a equipe de saúde; Joselito ficou do lado de fora da sala de parto. “Disseram que o hospital não tinha estrutura. Para um pai ficar ao lado da mulher precisa de qual estrutura? Eu sabia que era meu direito, eu conheço a lei. Só porque a gente é do sítio não tem o mesmo direito de quem é da cidade?”, indaga ele, referindo-se à legislação federal número 11.108, de 2005, que garante um acompanhante de escolha da gestante, durante o parto.

Momentos inesquecíveis que só quem é pai e mãe sabe a definição: proteção, carinho, amor, calor humano e muita alegria a cada fase vivida dela”

Este foi apenas um exemplo de sucessivos casos de negligência da equipe médica e do poder público, desde antes do nascimento de Gaby, relatados no blog. Faltou informação correta no planejamento familiar sobre o risco de engravidar durante a amamentação, com consequente gravidez não planejada. Faltou diagnóstico precoce da má-formação craniana, apesar da realização dos exames pré-natal, incluindo a ultrassonografia morfológica, não oferecida na rede SUS e realizada com recursos de uma ‘vaquinha’ organizada pelos amigos do casal.

Após o nascimento de Gaby, não houve contato pele a pele entre mãe e recém-nascido, nem amamentação na primeira hora de vida, ações cientificamente comprovadas como auxiliares na saúde do recém-nascido e na vinculação dele com a mãe e a família. “Não me deixaram ver a menina. Fiquei sozinha na cama, levaram para examinar e vieram perguntar se eu tinha tido alguma virose. Não me esclareceram nada”, conta Maria Carolina.

A informação da microcefalia foi dada primeiro a Joselito, que solicitou transferência para outro hospital, já que as instalações daquele espaço de saúde em Esperança pareciam inadequadas, as enfermeiras não atentiam com presteza e não havia medicação para Gaby. Alguns dias depois do nascimento, foram transferidos para Campina Grande, a 27 km. A frieza da equipe médica continuava a incomodar a família.

“Somos um pai e uma mãe que clamam por justiça, por mais informação, por mais conhecimentos, por garantias de direitos!”

Passado o período de internação, e já em casa, quando Gaby completou três meses, o casal decidiu mover uma ação contra o Estado, por negligência no diagnóstico durante a gestação e no cuidado durante o parto. “Como a gente passou preconceito, a gente não pode se calar. Se você se cala, piora a situação. Estudar em um curso de

saúde, mas perder a dimensão humanitária, significa que o curso não valeu de nada”, afirma o pai.

Escrita pelo próprio Joselito, a ação judicial foi protocolada pela promotoria pública, que arquivou o processo e desconsiderou os argumentos apresentados por entender que o diagnóstico precoce não alteraria a condição de saúde, e que atualmente a criança já estaria assistida pelos órgãos públicos de saúde. “Nos disseram que não adiantaria nada se a gente soubesse, na gravidez, que o bebê tinha microcefalia. Não tivemos condição de prevenir, não fomos informados que o anticoncepcional perdia o efeito durante a amamentação, não tivemos condição de viver em um local não contaminado por zika. Queríamos o nosso direito à saúde assegurado, e isso não foi feito”, afirmou.

Após todos esses percalços, quando acionou o INSS para garantir auxílio financeiro, nova surpresa: levava dois meses para o serviço periciar a bebê. Indignado e sem recursos para sustentar a família, Joselito fez contato com a ouvidoria online e recebeu retorno no dia seguinte. “Ali percebi que, quando a gente envolve mais gente por meio da tecnologia, as coisas se resolvem. Muitos têm a informação, mas não divulgam. Vivemos a lei da desinformação em tempos de tecnologia da informação. Então resolvemos criar o blog!”

A mãe, Maria Carolina Flor, completa: “Passamos muita negligência e descaso. O blog é uma forma de mostrar a outras mães que estão nesta situação, que tenham força. Não é expor nossa filha, mas colocar a cara no mundo e falar como as coisas acontecem de verdade. Quando Gaby nasceu, foi tida como um caso isolado, e hoje vejam quantos casos no Brasil e fora”.

O espaço virtual não é um mural de reclamações e denúncia. A tecnologia vem sendo utilizada também como apoio para que outras famílias afetadas pela doença convivam melhor com esta situação, e enfrentem-na de maneira positiva. Essa articulação já rendeu inclusive uma bolsa de estudos em nutrição para Maria Carolina, por meio do grupo Aliança de Mães e Famílias Raras, que apoia pessoas de Pernambuco. “Sempre gostei da área de saúde, e como nutricionista, poderei ajudar mais minha filha”, afirma.

O casal divulga também dados para quem quiser

“Nas mídias estamos sendo tratados como pobres coitados [famílias em situação de risco], e este é o momento de nos rebelarmos por meio do conhecimento, para garantias de direitos de nossos filhos”

auxiliá-los financeiramente, pois vivem hoje com o benefício de prestação continuada, do governo federal, no valor de R\$ 880, dos quais R\$ 350 são gastos em fraldas e leite para Gaby, e o restante, para subsistência da família. “Se eu trabalhar, perco o benefício. E o governo dará o benefício por até três anos. Depois disso, acham que minha filha vai morrer? A gente não quer conseguir nada como se fosse um favor político. A saúde é um direito e mais gente precisa saber disso”, desabafa Joselito.

Vencer o preconceito e os olhares de pena nas ruas e nos consultórios é o maior desafio para o casal, que quer sensibilizar outras famílias para que não fiquem inertes à situação de doença de seus filhos, nem se calem diante das negligências. “Não precisa ter um blog, mas busque outras famílias com dificuldade semelhante. O melhor é planejar a gestação. Mas, às vezes, não é possível. O ministro da Saúde falou para evitar o zika, impondo que a mulher não pode ter filho. Aqui na região, não recebemos nem repelente, falta anticoncepcional, vamos fazer o quê? Enquanto existir força, vamos continuar com o blog para lutar pelos nossos direitos”, finaliza Joselito.



**Da Fiocruz Brasília*

SAIBA MAIS

- **Blog** <https://goo.gl/XjHA7W>
- **Reciis** <https://goo.gl/ffDe4aG>

A microcefalia causada pelo vírus zika ocorre em todo o país. Dos 5.570 municípios brasileiros, um total de 1.656 (29,7%) notificaram casos, de acordo com boletim epidemiológico do Ministério da Saúde de 10 de setembro. Pernambuco é o estado com maior número de cidades com casos (96,8%), seguido por Sergipe (74,7%), Alagoas (71,6%), Paraíba (61,4%) e Ceará (60,9%).

O Boletim mostra que, até aquela data, houve notificação de 9.367 casos, segundo as definições do Protocolo de Vigilância. Desses, 1.911 foram confirmados para microcefalia ou alterações no sistema nervoso central sugestivos de infecção congênita, 2.990 (31,9%) casos permaneciam em investigação e 4.466 foram descartados. Do total de notificações, 443 (4,7%) evoluíram para óbito fetal ou neonatal.



Ligia Moreiras Sena

“MEDICALIZAÇÃO do PARTO é produtora de VIOLÊNCIA”

Elisa Batalha

A guinada pessoal e profissional da bióloga Ligia Moreiras Sena começou ao engravidar de sua filha Clara, hoje com 5 anos. “Eu era da área de Farmacologia e estava começando um pós-doutorado, mas era leiga na área de Saúde Coletiva e Obstetrícia. O que eu sabia sobre parto vinha de mídia tradicional”, conta à *Radis*. “Em uma conversa informal com amigas, soube que duas delas tinham passado por situações de extrema violência

“É chocante, mas muitas mulheres comparam a violência sofrida no parto com a de um sequestro ou estupro”

durante os nascimentos dos filhos. Aquilo me chamou a atenção porque eu não sabia que era uma coisa frequente”. A indignação e os questionamentos de Ligia levaram à criação do blog Cientista que Virou Mãe — hoje um portal colaborativo escrito a muitas mãos. Com a filha nos braços, ela decidiu ainda encarar um novo doutorado, sobre a violência obstétrica, que resultou na tese *Ameaçada e sem voz, como num campo de concentração — A medicalização do parto como porta e palco para a violência obstétrica*, defendida em julho, na Universidade Federal de Santa Catarina.

A sua tese tem um título forte. Qual a comparação possível entre uma maternidade e um campo de concentração?

Usei essa frase porque ela apareceu muitas vezes em relatos diferentes das entrevistadas na pesquisa. É um fato absolutamente chocante uma mulher falar isso. Várias falarem é pior ainda, mostra o quanto foram maltratadas do ponto de vista emocional no momento do nascimento dos seus filhos. Muitas compararam a situação de violência que viveram também com a de



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

um sequestro ou de estupro. Na minha defesa, um dos professores, o Walter Ferreira de Oliveira, recomendou que a tese pudesse ser encaminhada para algum tipo de representação do Brasil em um tribunal de Justiça internacional. É um cenário de guerra, todos os integrantes da banca mencionaram isso. Foi uma tese muito difícil de ser escrita e de ser lida.

Como se define a violência obstétrica?

A violência obstétrica diz respeito à perda de autonomia da mulher durante o processo de parto e nascimento, ao desrespeito, aos maus tratos. Estamos falando, por exemplo, de as mulheres não serem consultadas sobre os procedimentos que vão ser feitos com elas, ou não autorizarem e serem feitos mesmo assim. Também do uso de tecnologias que já são consideradas obsoletas pela Organização Mundial da Saúde ou de procedimentos que vão causar dano físico ou emocional a elas. Além de xingamentos, de abuso emocional ou verbal. Essa definição envolve uma apropriação do corpo da mulher não só por médicos, mas todos os profissionais envolvidos na atenção obstétrica: enfermeiros, anestesistas, auxiliares de enfermagem, neonatologistas. Não é uma categoria de violência exclusiva dos médicos, é dos profissionais que prestam assistência à gestante.

Qual era o objetivo da sua tese?

A partir do ponto de vista das mulheres que reconheceram ter sofrido violência, queríamos saber quais foram as formas de violência que identificaram, quem as praticou, quais as possíveis consequências. Recebemos um total de 234 respostas ao questionário de entrevista. Utilizamos relatos de mulheres acima de 18 anos no momento do parto. Só consideramos parto que aconteceu dentro de hospital e maternidade há menos de 15 anos. Foi uma pesquisa qualitativa. Não quantificamos o que foi mais frequente, mas separamos nove categorias das principais formas de violência. Violência que acontecia no pré-natal; relacionada à ausência do acompanhante; abandono emocional; violência verbal; separação mãe-bebê; violência acontecida no pós-parto ou pós-operatório; procedimentos realizados sem que a mulher fosse consultada, ou sem que a mulher autorizasse; procedimentos que foram utilizados intencionalmente para machucar aquela mulher; e anestesia como forma de controle da mulher. Foram 74 formas de violência identificadas, que puderam ser classificadas nessas nove categorias gerais. À pesquisa interessava discutir que a violência obstétrica é decorrente desse processo de medicalização exacerbada do corpo da mulher gestante e da que está dando à luz: a perda do caráter do parto como um evento natural, parte da vida de uma mulher, a exclusão das mulheres da cena de parto, o total domínio do parto pela medicina, a exclusão das parteiras, o parto totalmente institucionalizado, que acontece em cerca de 90% dos casos no Brasil dentro das maternidades.

Que profissional apareceu com mais frequência nos relatos como sendo autor de violência no parto?

Mais de 80% das mulheres citaram o obstetra. Mas também o enfermeiro, o auxiliar de enfermagem, o anestesista e o pediatra. Esses foram os cinco primeiros profissionais nomeados. É uma forma de violência que vai muito além dessa discussão focada nos médicos — é uma violência na assistência. A violência obstétrica não parte de uma categoria profissional, é de formação, de cultura, que cerca a gestante e a parturiente. Por exemplo, mais de 50% das mulheres disseram que foram agredidas por

enfermeiros ou auxiliares de enfermagem. Todas as entrevistadas foram agredidas por mais de um profissional. E a violência não é restrita ao momento do nascimento; começa no pré-natal. Teve um dado que chamou bastante atenção: a citação de consultoras de amamentação também como autoras de violência. Por grosseria com a mulher, por ir tirando a blusa dela sem pedir licença...

A violência obstétrica é uma situação relacionada a um tipo de parto, normal ou cesárea?


Mais de 50% das mulheres que participaram da pesquisa fizeram cesariana. Uma coisa que é importante dizer é que muitas mulheres *fogem* para a cesariana por terem medo de serem violentadas no parto normal. Aí o que acontece é que, quando chega na cesariana, elas têm sido mais violentadas ainda. É um cenário de não ter para onde correr. Parece que no parto normal se tem mais chance de sofrer violência, só que essa impressão é parcialmente verdadeira, pois as cesarianas também estão cercadas de violência.

Como reverter esse quadro?

Hoje temos casas de parto em quantidades ínfimas perto do número de maternidades. Se a gente já percebeu que a medicalização do parto e do nascimento é produtora de violência, quanto mais a gente desinstitucionalizar o parto, menos violência teremos. Além de mais casas de parto, precisamos de formação continuada para profissionais que já estão atuando, de uma reforma no sistema de ensino médico e de profissionais da enfermagem para que recuperemos o caráter não patológico das gestações e partos. É preciso que se recuperem métodos que eram utilizados pelas parteiras e que foram substituídos brutalmente pelo conhecimento científico.

“A violência obstétrica não parte de uma categoria profissional, é de formação, de cultura”

E qual é o papel do SUS?

O que o SUS pode fazer hoje para coibir a violência obstétrica é incentivar, em escala nacional, iniciativas que já estão acontecendo dentro do sistema. Por exemplo, Belo Horizonte tem um modelo para exportar, que oferece parto domiciliar pelo SUS. Se o SUS pode oferecer esse serviço em Minas Gerais, também pode oferecer em qualquer lugar. Em Campina Grande, na Paraíba, tem a Maternidade Instituto de Saúde Elpidio de Almeida (Isea), com um bom modelo de assistência obstétrica. Então o SUS tem modelos que estão funcionando. A outra questão é promover a inserção de obstetras (*Radis 148*), de parteiras, dentro do sistema de atenção obstétrica, desde o pré-natal. Muitos obstetras estão dizendo que a violência obstétrica não existe, com o argumento de que “se existisse realmente estaria cheio de denúncia por aí”. Eu fiz essa pergunta para as mulheres entrevistadas, se elas denunciaram a violência, e 90% delas não denunciaram. Primeiro porque não tem caminho de denúncia. As que denunciaram fizeram isso no Ministério Público ou no próprio hospital. Mas no hospital o assunto morre. A primeira coisa a se fazer é capacitar a rede de acolhimento de denúncia. 

PUBLICAÇÕES

Tendências da gestão

A coletânea **Gestão e Políticas Públicas no Cenário Contemporâneo**: tendências nacionais e internacionais (Editora Fiocruz), organizada por Telma Maria Gonçalves Menicucci e José Geraldo Leandro Gontijo, oferece um panorama das mudanças e desafios atuais para a gestão pública e para as políticas públicas e identifica categorias de análise relevantes para se entender a configuração do Estado, a atuação do governo e suas consequências sobre a sociedade. Os capítulos giram em torno de princípios comuns, como a reafirmação do Estado e de sua centralidade na produção de políticas públicas para o desenvolvimento, o bem-estar e a equidade. Outro ponto levantado é a necessidade de melhoria da gestão pública e de reestruturação das capacidades estatais. Entre elas, destaca-se a recuperação (ou construção) da capacidade regulatória e de coordenação dos diversos atores, de modo a superar a fragmentação das ações públicas.



Subjetividades na formação

Está disponível online a nova edição da **Interface** (v20 n59, out/dez 2016), publicação eletrônica trimestral editada pelo Laboratório de Comunicação e Educação em Saúde da Faculdade de Medicina de Botucatu, ligada à Universidade Estadual Paulista (Unesp). O editorial trata da contribuição da Educação Popular para a formação profissional em saúde, ressaltando que não se trata de uma estratégia para tornar o ensino mais interessante e alegre, mas para explicitar conhecimentos prévios, sentimentos, perplexidades e dúvidas sutis e ainda pouco elaboradas, numa perspectiva de valorização dos saberes e interesses dos educandos e da população. Outro artigo descreve a experiência de alunos de Medicina e Enfermagem na formação em cuidados paliativos, que passa pelo processo de autoidentificação com o paciente em final de vida e o ciclo de empatia e distanciamento resultante na maturidade emocional necessária ao paliativismo. Leia em <http://interface.org.br/>.



Saúde no Rio

O contexto concreto do estado do Rio de Janeiro, com sua desigual distribuição de benefícios entre pessoas e municípios, é o cenário da coletânea **Saúde e Políticas Sociais no Rio de Janeiro** (Editora Fiocruz). Com números, entrevistas, análises históricas e institucionais, o objetivo do livro é tratar o tema das políticas sociais no Rio de Janeiro em duas perspectivas: a análise das políticas de saúde segundo a abordagem da gestão política, do papel do Poder Legislativo e da regionalização estadual; os desafios da gestão das políticas territoriais na ótica federativa, destacando o papel do governo estadual. A abordagem das políticas de saúde em uma perspectiva metodológica multidisciplinar se destaca na coletânea organizada por Sílvia Gerschman e Angela Moulin Penalva Santos. A proposta é incluir novas modalidades de análise para compreender os processos de implementação de políticas sustentadas no direito universal à saúde.



Deficiência e sociedade

A nova edição da **Revista Ciência e Saúde Coletiva** (outubro de 2016) é temática, sobre deficiência e sua abordagem pela saúde pública. Os artigos ressaltam as mudanças e tensões na compreensão conceitual da deficiência, na virada do século 21, e como isso se reflete em atitudes, práticas e políticas. Há estudos sobre a prevalência da deficiência em nível nacional; sobre deficiência e sociedade, com ênfase no esporte, tecnologias sociais e políticas públicas; sobre deficiência e família; e sobre os tratamentos, recursos terapêuticos, redes de apoio, com destaque para os papéis familiares, diferenças de gênero e faixa etária. Há ainda análise documental do marco legislativo brasileiro de políticas aplicadas à área, reflexões críticas sobre os instrumentos que medem a funcionalidade e regulam a aposentadoria, e sobre as barreiras de acesso ao benefício da prestação continuada. Leia em <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br>.

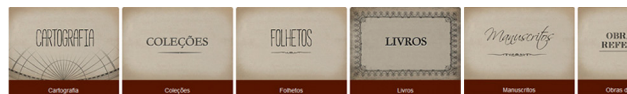


SITE

Agrotóxicos em código aberto

Quanto de agrotóxicos um brasileiro consome, em média, em seu prato de comida? O Portal de Dados Abertos sobre Agrotóxicos, desenvolvido pelo Grupo de Engenharia do Conhecimento (Greco) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ajuda a responder a questão. A página divulga dados de interesse público fornecidos por diferentes instituições, com tecnologia de software livre CKAN, de código aberto, o que evita que o pesquisador tenha que fazer buscas e downloads separados, em diferentes sites na Internet. As informações estão compiladas nas seguintes categorias: comercialização, agroecologia e produção orgânica, bases de dados (reunindo informações sobre agrotóxicos, tanto no Brasil quanto no exterior), doenças, conflitos, intoxicações, resíduos em alimentos, transgênicos e uso do solo. Acesse em <http://dados.contraosagrototoxicos.org/>.

Obras Raras Fiocruz



O novo site do acervo digital de obras raras e especiais da Fiocruz oferece, de forma sistematizada, um dos acervos bibliográficos mais importantes da América Latina. São milhares de páginas dos principais títulos abrigados na Seção de Obras Raras A. Overmeer. Entre os destaques, figuram trabalhos até então inéditos em meio digital de autores como o cientista Oswaldo Cruz. Outra atração é o periódico *Brazil Médico*, um dos mais importantes na história das ciências no país. No site, o internauta pode fazer buscas por título, descrição e palavras-chave em diversos tipos de materiais como livros, periódicos e teses. <http://www.obrasraras.fiocruz.br/>



REFORMA LEGALIZA APARTHEID EDUCACIONAL

Gaudêncio Frigotto*

A reforma de ensino médio proposta pelo bloco de poder que atomou o Estado brasileiro liquida a dura conquista do ensino médio como educação básica universal para a grande maioria de jovens e adultos, cerca de 85% dos que frequentam a escola pública. Uma agressão frontal à Constituição de 1988 e à Lei de Diretrizes da Educação Nacional, que garantem a universalidade do ensino médio como etapa final de educação básica. Os proponentes da reforma, especialistas analfabetos sociais e doutores em prepotência, autoritarismo e segregação social, são por sua estreiteza de pensamento e por condição de classe, incapazes de entender o que significa educação básica. E o que é pior, se entendem, não a querem para todos.

Com efeito, por rezarem e serem coautores da cartilha dos intelectuais do Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio etc., seus compromissos não são com direito universal à educação básica, pois a consideram um serviço que tem que se ajustar às demandas do mercado. Este, uma espécie de deus que define quem merece ser por ele considerado num tempo histórico de desemprego estrutural. O ajuste ou a austeridade que se aplica à classe trabalhadora brasileira, da cidade e do campo, pelas reformas da previdência, reforma trabalhista e congelamento por vinte anos na ampliação do investimento na educação e saúde públicas, tem que chegar à escola pública, espaço onde seus filhos estudam.

A reforma do ensino médio que se quer impor por Medida Provisória segue figurino da década de 1990, quando o MEC era dirigido por Paulo Renato de Souza no governo Fernando Henrique Cardoso. Uma reforma que retrocede ao obscurantismo de autores como Destutt de Tracy, que defendia, ao final do século 19, ser da própria natureza e, portanto, independente da vontade dos homens, a existência de uma escola rica em conhecimento, cultura etc., para os que tinham tempo de estudar e se destinavam a dirigir no futuro, e outra escola rápida, pragmática, para os que não tinham muito tempo para ficar na escola e se destinavam (por natureza) ao duro ofício do trabalho.

Neste sentido, é uma reforma que anula a Lei nº. 1.821, de 12 de março de 1953, que dispõe sobre o regime de equivalência dos

cursos de grau médio para efeito de matrícula nos cursos superiores e cria, novamente, com outra nomenclatura, o direcionamento compulsório à universidade. Um direcionamento que camufla o fato de que para a maioria da classe trabalhadora seu destino são as carreiras de menor prestígio social e de valor econômico. Também retrocede a reforma do ensino médio da ditadura civil militar, que postulava a profissionalização compulsória do ensino profissional neste nível de ensino. Piora porque aquela reforma visava a todos e esta só visa os filhos da classe trabalhadora que estudam na escola pública. Uma reforma que legaliza o apartheid social na educação no Brasil.

O argumento de que há excesso de disciplinas esconde o que querem tirar do currículo — filosofia, sociologia e diminuir a carga de história, geografia etc. E o mediocre e fetichista argumento que hoje o aluno é digital e não aguenta uma escola conteudista mascara uma escola degradada em seus espaços, sem laboratórios, sem auditórios de arte e cultura, sem espaços de esporte e lazer e com professores esfacelados em seus tempos trabalhando em duas ou três escolas em três turnos para comporem um salário que não lhes permite ter satisfeitas as suas necessidades básicas. Um professorado que de forma crescente adocece. Os alunos do Movimento Ocupa Escolas não pediram mais aparelhos digitais, estes eles têm nos seus cotidianos. Pediram justamente condições dignas para estudar e sentir-se bem no espaço escolar.

Por fim, uma traição aos alunos filhos dos trabalhadores, ao achar que deixando que eles escolham parte do currículo vai ajudá-los na vida. Um abominável descompromisso geracional e um cinismo covarde, pois seus filhos e netos estudam nas escolas onde, na acepção de Destutt de Tracy, estudam os que estão destinados a dirigir a sociedade. Uma reforma que legaliza a existência de uma escola diferente para cada classe social. Justo estes, intelectuais que em seus escritos negam a existência das classes sociais. Quando se junta prepotência do autoritarismo, arrogância, obscurantismo e desprezo aos direitos da educação básica plena e igual para todos os jovens, o seu futuro terá como horizonte a insegurança e a vida em suspensão.



Gaudêncio Frigotto é filósofo, professor do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Uerj



MÍDIA SEM VIOLAÇÕES DE DIREITOS!

DENUNCIE. BASTA DE VIOLÊNCIA.



DESRESPEITO À PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA



EXPOSIÇÃO INDEVIDA DE PESSOA(S) E FAMÍLIAS



DISCURSO DE ÓDIO E PRECONCEITO



INCITAÇÃO AO CRIME, À VIOLÊNCIA E À DESOBEDIÊNCIA ÀS LEIS



IDENTIFICAÇÃO DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI



VIOLAÇÃO DO DIREITO AO SILÊNCIO E TRATAMENTO DEGRADANTE.



DENUNCIE ABUSOS PRATICADOS POR PROGRAMAS POLICIALESCOS QUE VIOLAM OS DIREITOS HUMANOS.

acesse



www.midiasemviolacoes.com.br

REALIZAÇÃO



intervozes
coletivo brasil de comunicação social

APOIO

FUNDAÇÃO
ROSA
LUXEMBURGO